MAKI HIRAI

O esporte e sua inserção no sistema de espaços livres paulistano

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de Mestre
em Arquitetura

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente
Orientador: Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

São Paulo
2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: maki@usp.br

Hirai, Maki

H668e O esporte e sua inserção no sistema de espaços livres paulistano / Maki Hirai. --São Paulo, 2009.
110 p.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) - FAUUSP.

Orientador: Silvio Soares Macedo

1.Espaços livres – São Paulo(SP) 2.Esportes 3.Lazer
4.Paisagem I.Título

CDU 712.25(816.11)

Aos alunos da turma do Professor Silvio Macedo, disciplina AUP650, 2º. Semestre de 2006,
por me darem a certeza de estar no caminho certo.

Agradecimentos

À minha família, pelo apoio incondicional em todos os momentos de minha vida.

Aos meus amigos, em especial Thais Aquino Alves da Cunha, Luis Felipe Jorge Bernardini, Marcelo Mesquita Nunes, Fábio Yam Gomes Liu e Murilo Noznica Penessor. À Nathalia Diniz e André Casado Castaño, que além de amigos, são também Mestres, e foram exemplos completamente distintos, mas igualmente importantes durante o desenvolvimento desse trabalho.

Ao Professor Dr. Silvio Macedo, não apenas pela orientação durante o mestrado, mas por todo o aprendizado ao longo dos dez anos que abrangeram o meu ingresso no curso de graduação da FAU até a conclusão desta pesquisa. Agradeço por sua dedicação, confiança e paciência.

À Professora Dra. Vanderli Custódio e ao Professor Dr. Eugênio Queiroga, membros da banca de qualificação, pelos comentários e sugestões.

À Isa, da sessão de alunos da pós-graduação, Estelita e Maria José, da biblioteca da FAU Maranhão, Rejane e Regina, da biblioteca da FAU USP e Ana Maria e Inês, da biblioteca da SEME, por estarem sempre à disposição e pelo auxílio prestado.

HIRAI, Maki. **O esporte e sua inserção no sistema de espaços livres paulistano**. 2009. 110 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

R e s u m o

Como tema geral do trabalho, tem-se o esporte ao ar livre no meio urbano, sendo o objetivo principal dessa dissertação entender o porte e o funcionamento do sistema de espaços livres públicos destinados à recreação esportiva na cidade de São Paulo. Dessa forma, essa pesquisa apresenta um panorama geral da evolução das práticas esportivas nos espaços livres paulistanos, verificando-se quais foram os acontecimentos que, ao alterarem a maneira de se ver o esporte, modificaram também a paisagem do município. Assim, através de pesquisas bibliográficas, pôde-se entender como a cidade de São Paulo, de uma sociedade colonial escravista, interiorizada e alheia aos esportes, com ruas precárias e praticamente sem espaços livres públicos adequados ao lazer esportivo da população, evoluiu para a situação atual, onde o esporte é considerado um direito fundamental do indivíduo e os equipamentos esportivos se encontram em quantidade razoável, ainda que sejam insuficientes para atender as necessidades de lazer dos cerca de 11 milhões de habitantes. O levantamento de dados a respeito das instalações voltadas para o esporte na cidade, tanto públicas como particulares, somado aos aspectos socioeconômicos, sobretudo a renda – materializada sob a possibilidade de se residir em um condomínio equipado com quadras esportivas e piscinas ou de se frequentar clubes e academias particulares - possibilitou a compreensão do porte e do funcionamento do sistema de espaços livres esportivos paulistano. Verificou-se que o sistema é diversificado e hierarquizado; porém, a distribuição dos equipamentos pelo município é irregular, ou seja, a diversidade do sistema é inacessível à grande parte da população.

Palavras-chave: espaços livres, sistema, esporte, lazer, paisagem, cidade de São Paulo.

HIRAI, Maki. **The sport and its insertion in the open spaces system of São Paulo city**. 2009. 110 p. Dissertation (Master Degree) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Abstract

This paper presents a study about the outdoor sports practices in an urban environment, being the main objective of this dissertation to understand the size and operation of the open spaces system for recreational sports in the city of São Paulo. Thus, this research presents an overview of the evolution of sporting activities in the city, verifying which events not only had changed the way to see the sport, but also had modified the landscape of the city. Through bibliographic searches, it could be comprehended as the city of São Paulo, of a colonial slave society, internalized and unrelated to sports, with precarious streets and almost no public open spaces suitable for the population leisure, has evolved to the current situation, where the sport is considered a fundamental right of individuals and sporting equipment, even in reasonable quantity, are insufficient to answer the needs of leisure of about 11 million inhabitants. The survey data about the city sports facilities, both public and private, added to the socioeconomic aspects, especially the income - materialized in the ability to live in a condo equipped with sports courts and swimming pools or to attend private clubs or academies - enabled the understanding of the size and operation of the recreational open spaces system of São Paulo. It was found that the system is diversified and hierarchical, however, the equipments distribution by the territory is irregular, that is, the diversity of the system is inaccessible to great part of the population.

Key words: open spaces, system, sport, leisure, landscape, São Paulo city.

Sumário

1. Introdução	13
2. O espaço livre e o esporte na cidade de São Paulo	17
2.1 O esporte e os espaços livres: esclarecendo alguns conceitos	19
2.2 A introdução dos esportes na cidade de São Paulo	20
3. Os equipamentos esportivos públicos	43
3.1 Os parques	43
3.2 As praças	47
3.3 As ruas	50
3.4 As represas	54
3.5 As ciclovias	57
3.6 Os Centros Esportivos	58
3.6.1 As unidades estaduais	59
3.6.2 As unidades municipais especiais	63
3.6.3 Os Clubes da Cidade (CCs)	68
3.6.4 Os Clubes da Comunidade (CDCs)	70
3.6.5 Os equipamentos em sistema de rodízio (EESRs)	72
3.7 As unidades educacionais	74
4. O sistema de espaços livres esportivos da cidade de São Paulo	78
4.1 A relação público-privado	78
4.1.1 Os equipamentos particulares	79
4.1.2 A verticalização e os condomínios-clubes	83
4.2 A diversidade e hierarquia dos equipamentos	86
4.3 A distribuição dos equipamentos pelo território	87
4.4 As particularidades de cada região	90
5. Considerações finais	103
6. Referências bibliográficas	105

A Região Metropolitana de São Paulo é, atualmente, a maior aglomeração urbana nacional, com cerca de 19 milhões de habitantes. Desse total, aproximadamente 11 milhões referem-se à população residente no município de São Paulo, a qual se apresenta distribuída irregularmente em uma área de 1.509 km². A cidade, extremamente heterogênea e fragmentada, apresenta grandes contrastes em razão de um modelo econômico e de urbanização concentrador de riquezas.¹

Todavia, não é apenas a distribuição de renda que se faz de modo desigual pelo município. O acesso à educação, ao transporte, às oportunidades de emprego, à infraestrutura urbana, à cultura e ao lazer resultam de lógicas próprias internas a cada distrito. É diante desse panorama que a pesquisa de mestrado foi desenvolvida.

Levando-se em conta a importância do esporte no cotidiano das cidades brasileiras, principalmente a partir da segunda metade do século XX, elaboramos, em 2004, o Trabalho Final de Graduação intitulado “Plano de Ação Esportivo Municipal de São Paulo”, para obtenção do título de Arquiteta e Urbanista pela USP. O objetivo de tal trabalho era estudar a situação do lazer esportivo na cidade, através da elaboração de um diagnóstico sobre a infraestrutura esportiva pública paulistana.

O Plano apresentava ações que deveriam ser seguidas para, supostamente, satisfazer as necessidades de lazer esportivo da população. Para tanto, foi realizado o levantamento de dados sobre a quantidade, localização, programas de uso e áreas totais dos equipamentos esportivos públicos, analisando-se os Clubes da Cidade, Clubes Desportivos Municipais (atuais Clubes da Comunidade), quadras esportivas, campos de futebol, canchas de malha e bocha e instalações diversas, como o Autódromo de Interlagos e o Estádio do Pacaembu, por exemplo.

Com as informações obtidas, efetuou-se o cálculo dos índices de área de instalação esportiva pública por habitante, em cada um dos 96 distritos da cidade. Os índices calculados foram, então, confrontados com o índice de 4m²/hab, considerado como o ideal, segundo normas internacionais.² Concluiu-se que a situação esportiva pública paulistana era insatisfatória e insuficiente para atender a demanda de esporte e

1. Introdução

¹ Os dados sobre a população da região metropolitana e da cidade de São Paulo constam da Contagem da População 2007 - IBGE.

² Sobre os índices de instalações esportivas, ver LA CORTE, Carlos de. **As instalações públicas esportivas municipais da cidade de São Paulo:** arquitetura, administração e planejamento, 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - FAU USP, São Paulo, 1999.

lazer da população, estando as instalações existentes mal distribuídas pelo território.

A título de exemplificação, chegou-se à conclusão, naquele trabalho, que a população dos distritos Itaim Paulista e Jardim Ângela era melhor servida de instalações de esporte que os moradores do Morumbi e Jardim Paulista, onde não havia nenhuma unidade esportiva pública. Contudo, mesmo que os distritos do Morumbi e Jardim Paulista não possuam equipamentos de esporte públicos, grande parte da população neles residente utiliza instalações particulares para a realização de suas atividades lúdico-esportivas, como clubes e academias. Logo, percebeu-se que a adoção de um índice único considerado como ideal para todos os distritos não permitiu a verificação da situação esportiva real de cada setor urbano, uma vez que tal procedimento ignorou as tendências locais e particularidades de cada distrito.³

³ Constatou-se que índices resultantes da divisão entre determinada área por um fator qualquer, em geral o total de habitantes da região, representam apenas uma informação quantitativa geral, não expressando como essas áreas se encontram, como são utilizadas e nem a distribuição das mesmas dentro da cidade.

Embora o plano tenha recomendado a construção de instalações hierarquizadas segundo a capacidade de atendimento, bem como tenha indicado áreas prioritárias para a implantação das unidades, a adoção do índice como critério para se determinar a quantidade e o porte dos equipamentos a serem construídos fez com as ações propostas não refletissem, necessariamente, a existência de uma demanda por tais equipamentos.

Tal constatação motivou a elaboração deste novo estudo, o qual procurou aprofundar e complementar a pesquisa base feita para o trabalho de graduação, levando-se em conta os aspectos qualitativos pertinentes ao tema. A cidade de São Paulo é extremamente heterogênea; tratá-la como um todo homogêneo regulada por métodos quantitativos não é adequado.

Nesse sentido, mais que a simples observação de índices, para se entender a situação do atendimento das demandas de lazer esportivo ao ar livre da população é fundamental compreender como se organiza todo o sistema de espaços destinados a esta prática na cidade. Tal sistema possui vários elementos, a saber: (i) equipamentos esportivos públicos, tais como clubes desportivos, quadras esportivas, campos de futebol; (ii) espaços livres públicos equipados para atividades esportivas, como parques e praças; (iii) equipamentos esportivos particulares, como

academias e clubes; e (iv) equipamentos esportivos instalados nas residências, como as quadras e piscinas dos condomínios verticais.

O objetivo principal desta pesquisa de mestrado foi, portanto, entender o porte e o funcionamento do sistema de espaços livres públicos destinados à recreação esportiva na cidade de São Paulo. Secundariamente, buscou-se compreender a importância da utilização dos espaços livres urbanos, tais como parques, praças e ruas, no que se refere aos seus valores recreativo-esportivos, bem como verificar de que maneira os aspectos socioeconômicos, sobretudo a renda – materializada sob a possibilidade de se residir em um condomínio equipado com quadras esportivas e piscinas ou de se frequentar clubes e academias particulares – agem sobre a distribuição dos espaços livres públicos voltados para o esporte.

De acordo com os objetivos do trabalho, vários procedimentos metodológicos foram adotados durante o desenvolvimento da pesquisa. Primeiramente, fez-se uma pesquisa bibliográfica através da qual foi possível entender a interação entre os esportes e os espaços livres, desde o início da história da cidade de São Paulo até a primeira década do século XXI. Buscou-se estudar, sobretudo, a importância dos espaços livres, principalmente praças, parques e ruas, como locais de lazer esportivo da população.

Concomitantemente às pesquisas bibliográficas, foram coletados dados a respeito dos principais equipamentos edificados e espaços livres voltados para o lazer esportivo. Foram levantados dados sobre o porte, quantidade e localização dos equipamentos municipais, estaduais e particulares.

A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação (SEME) e a Secretaria Estadual do Esporte, Lazer e Turismo (SELT) foram as fontes dos dados sobre os equipamentos públicos edificados (como os centros esportivos) e sobre as ruas utilizadas temporariamente para o lazer (Programa Ruas de Lazer). A Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA) forneceram as informações sobre os espaços livres públicos, como parques e praças.

Em relação à infraestrutura esportiva particular, especialmente

aos clubes e academias, ressalta-se a dificuldade enfrentada na coleta de dados atualizados, dada à inexistência de uma fonte única oficial. A pesquisa foi feita via *internet* e contatos telefônicos, junto às entidades e federações responsáveis, como a Federação Brasileira de Academias (FEBRACAD) e o Conselho Regional de Educação Física do Estado de São Paulo (CREF/SP), e mesmo através de listas telefônicas. As áreas esportivas ao ar livre existentes nos condomínios residenciais foram estudadas através de pesquisa bibliográfica e consultas, via *internet* e diretamente, a órgãos e entidades ligados à esfera habitacional, como o Sindicato da Habitação (SECOVI/SP) e a Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (EMBRAESP).

Foram coletados, finalmente, dados sobre os aspectos socioeconômicos da população, com base nas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

Após a obtenção dessas informações, elaboraram-se tabelas e mapas com intuito de facilitar a análise. Diversos materiais foram confeccionados, possibilitando a visualização ora de um panorama geral, abrangendo toda a cidade, ora de uma situação mais particularizada, dividindo-se o município segundo suas zonas, subprefeituras e distritos, e permitindo uma análise comparativa entre suas diferentes regiões. Dessa maneira, foi possível compreender o funcionamento do sistema de espaços livres esportivos paulistano, o qual se configura de acordo com um modelo concêntrico: no núcleo estão concentrados os equipamentos de grande porte; ao redor dele, encontra-se uma área com unidades de médio porte; e na periferia, há o predomínio dos equipamentos de menor porte.

Por fim, foi realizada uma análise crítica dos resultados obtidos na pesquisa, segundo a qual o modelo de sistema vigente foi considerado inadequado para uma cidade como São Paulo.

Os espaços livres urbanos destinados à recreação são essenciais para a qualidade de vida da população, sobretudo em uma cidade como São Paulo, onde vivem cerca de 11 milhões de pessoas. Além de se constituírem como importantes espaços de lazer para grande parte dos paulistanos, quando vegetadas, essas áreas exercem influência sobre o microclima, amenizando a temperatura e aumentando a umidade relativa do ar no local, e proporcionam um conforto psicológico em meio à paisagem dominada por edifícios, automóveis e avenidas.

Seja pela possibilidade de melhor aeração, insolação e diversidade da paisagem, seja pelo sentido compensatório da atividade ao ar livre em oposição à permanência em locais fechados durante longos períodos, como na jornada diária de trabalho, ou mesmo pela impossibilidade da prática de esportes em academias, clubes ou áreas pertencentes à própria residência, grande parte da população elege os espaços livres urbanos como locais de satisfação de suas necessidades de lazer diário ou de fim de semana. São neles que se desenvolvem os esportes mais populares do município, como o futebol, o skate e as corridas de rua.

“O esporte é muito mais do que um luxo ou uma forma de entretenimento. O acesso ao esporte e a prática do esporte constituem um direito humano e essencial para que indivíduos de todas as cidades conduzam uma vida saudável e plena [...] O esporte é fundamental para o desenvolvimento de uma criança [...] Traz melhorias para a saúde e reduz a probabilidade de doenças”.⁴

A associação entre atividade física, em especial aquela praticada ao ar livre, e saúde, remonta à Antiguidade, quando surgiu na Grécia a busca pelo “homem total”, materializado na figura do indivíduo sadio de corpo e espírito, de acordo com a ideia “*mens sana in corpore sano*”. Desde então, tal associação percorreu inúmeros períodos históricos diferentes, adaptada à especificidade de cada época.

Assim, com a Revolução Industrial e o advento do Capitalismo, as práticas físico-esportivas foram incentivadas como forma de se manter a saúde da população, principalmente dos trabalhadores. O

2. O Espaço Livre e o Esporte na Cidade de São Paulo

⁴ ONU. Esporte para o desenvolvimento e a paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio. Relatório da Força Tarefa entre Agências nas Nações Unidas sobre o Esporte para o desenvolvimento e a Paz, 2003.

corpo humano era o instrumento através do qual se concretizava o trabalho produtivo e, portanto, deveria ser forte e saudável. Já no final do século XX, com a crescente urbanização e com o agravamento dos problemas urbanos, tais como a violência e o estresse, o lazer esportivo foi elevado à condição de direito fundamental dos cidadãos, com a função de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

*“Considera-se que as atividades desportivas e de lazer apresentam uma função que extrapola seus objetivos mais imediatos de desenvolvimento e manutenção da saúde física e preparação de atletas. Ao lado das atividades culturais, as atividades de esporte e lazer têm profunda influência nas condições psíquicas dos indivíduos, quer pelo bem-estar produzido pela realização do exercício físico, quer pelo prazer decorrente de ações contemplativas como a assistência a competições [...]. Além disso, as atividades de lazer e desportivas têm um papel importante no controle e na redução da violência urbana que afeta, sobretudo, a população jovem nas grandes cidades. Por estas razões, as atividades da área de esportes e lazer são fundamentais na melhoria da qualidade de vida da população”.*⁵

⁵ SÃO PAULO. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: minuta do projeto de lei. Março 2002. p.29-30.

⁶ Sem entrar no mérito da discussão do uso indiscriminado da expressão “desenvolvimento sustentável” e a falta de uma definição clara de seus conceitos, vale ressaltar que em muitos casos o que se vê é a imposição de uma ideologia difundida pelos bancos internacionais, com outros interesses que não a sustentabilidade em si.

⁷ ONU, op.cit.

Em 2009, inúmeras modalidades esportivas são praticadas nos parques, praças, ruas e instalações ao ar livre, como quadras e campos descobertos. Se nos tempos passados essa postura era motivada oficialmente por razões de saúde e higiene, hoje, além da associação entre atividade física, saúde e bem-estar, o discurso em voga prega o desenvolvimento sustentável dos centros urbanos, valorizando a presença de espaços naturais nas cidades e o contato do homem com a natureza⁶. Segundo relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), “a prática de esportes ao ar livre aumenta a consciência e o respeito com o meio ambiente, ensinando as pessoas sobre a importância de um meio ambiente limpo e saudável”.⁷

Em princípio, a grande maioria dos esportes existentes pode ser desenvolvida em espaços livres, principalmente se considerarmos o

caráter lúdico dos mesmos. Via de regra, quando praticadas no nível profissional, as modalidades passam a ser realizadas em ginásios ou complexos esportivos fechados, evitando-se que os fatores climáticos interfiram na qualidade dos gestos técnicos dos atletas. Um bom exemplo é o voleibol, que ao ser praticado ao ar livre, pode sofrer interferência do sol, que ofusca os jogadores, e do vento, o qual altera a trajetória da bola.

2.1. O esporte e os espaços livres: esclarecendo alguns conceitos

Para a compreensão do trabalho, faz-se necessária a apresentação de alguns conceitos adotados, tais como lazer, recreação, esporte e sistema de espaços livres.

O lazer é entendido como o período de tempo que cada um dispõe após cumprir suas obrigações profissionais e sociais, e durante o qual são realizadas atividades de livre escolha do indivíduo. Segundo Dumazedier, um dos mais renomados estudiosos do assunto, o lazer é definido como o *“conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais”*.⁸

Ainda que sejam atividades de livre escolha, é importante ter em mente que as formas de lazer são condicionadas pelas características individuais, tais como idade, gosto pessoal, status familiar e educação, e pelas limitações de recursos financeiros, de tempo e de espaço.

A recreação, por sua vez, é a ocupação do tempo de lazer de maneira prazerosa, isto é, feita pelo prazer que a própria execução oferece. Passear, dançar, ouvir música, assistir à televisão, ler, desenhar, ir a festas, fazer coleções e praticar esportes são exemplos de atividades recreativas.

Embora lazer e recreação sejam conceitos distintos conforme apresentados anteriormente, as expressões “lazer esportivo” e “recreação esportiva” serão utilizadas no presente trabalho como se fossem

⁸ DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980. p.19.

sinônimas, referindo-se ao esporte praticado de maneira não profissional, ou seja, sem a existência de um contrato ou pagamento de salário, com o objetivo de ocupar o tempo livre de uma maneira prazerosa.

Quanto ao esporte, este tem por característica fundamental o esforço físico, englobando jogos, competições ou simples caminhadas. Atualmente, podemos considerar o esporte em 3 vertentes principais: educacional, alto nível e participação.

O esporte educacional, dividido em escolar e universitário, é aquele praticado no sistema de ensino com objetivo de promover o desenvolvimento integral do indivíduo. Já o esporte de alto nível, também chamado de esporte de performance, de rendimento ou de competição, busca a criação de atletas profissionais, os quais farão parte das seleções dos países e serão motivados pela conquista de títulos mundiais e/ou olímpicos. Por sua vez, o esporte de participação fundamenta-se no direito de o indivíduo se educar fisicamente; praticado de modo voluntário, é conhecido ainda como esporte de recreação ou de lazer.

O esporte de participação é o que mais está presente nos espaços livres urbanos, entendidos como “*todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso*”⁹. Nas cidades, podemos citar como exemplos de espaços livres as ruas, praças, parques, quintais, pátios, jardins, terrenos baldios, vielas e áreas livres junto às habitações.

Por sua vez, o sistema de espaços livres urbanos é o modo pelo qual tais espaços se agrupam, se articulam e estabelecem relações, ou seja, “*o sistema de espaços livres de uma cidade é o conjunto de todos os espaços livres de edificação existentes na malha urbana, sua distribuição, suas interrelações funcionais e hierárquicas*”¹⁰.

2.2. A introdução dos esportes na vida urbana de São Paulo

Para se compreender a situação atual dos espaços livres esportivos paulistanos, é necessário saber quais foram os acontecimentos que

⁹ MAGNOLI, Miranda. Espaço livre – objeto de trabalho. **Paisagem e Ambiente**: ensaios, São Paulo, n. 21, p.175-198, 2006. Número especial. p.179.

¹⁰ HIJIOKA, Akemi et al. Espaços livres e espacialidades da vida pública. **Paisagem e Ambiente**: ensaios, São Paulo, n. 23, p.116-123, 2007. p.121.

alteraram a maneira de se ver as práticas esportivas e como eles se refletiram na paisagem da cidade.

Logo, voltando ao período colonial, os conceitos de esporte e lazer da maneira como os entendemos hoje ainda não existiam, sobretudo entre a população indígena nativa. Caça, pesca, canoagem, natação, corrida a pé, equitação e arco e flecha eram as principais atividades físicas das culturas tribais e representavam a alimentação, locomoção e métodos de ataque e defesa, ou seja, possuíam um caráter essencialmente utilitário.

Em relação a São Paulo, nos anos que se seguiram a sua fundação como vila, em 1554, e mesmo após alcançar a categoria de cidade, em 1711, a região era um mero entreposto comercial pouco populoso, que contava com uma área central, onde se concentrava a maioria dos habitantes, e uma periferia, formada por chácaras e sítios dispersos. A vida urbana era pouco dinâmica e havia um forte preconceito em relação às atividades físicas, na medida em que o esforço muscular era associado ao trabalho escravo e às pessoas não nobres.

Nos espaços livres urbanos da época também prevalecia o caráter utilitário. Dessa forma, as poucas ruas existentes eram ocupadas predominantemente pelos escravos que nelas realizavam seus afazeres diários, relacionados ao abastecimento de água das casas, despejo de esgotos e compra de alimentos. Estreitas, sujas, desniveladas e sem calçamento, para a população mais abastada as ruas eram apenas ligações entre os pontos de maior prestígio da cidade, não sendo consideradas locais apropriados para a permanência por tempo prolongado nem para passeios descompromissados.

Assim como as ruas, os quintais das casas e das igrejas não eram vistos como locais de lazer, uma vez que neles eram realizados serviços domésticos gerais e cultivos de plantas medicinais, frutas, ervas e flores. Os principais espaços livres utilizados para o lazer eram, portanto, as praças - também chamadas de largos ou terreiros, que apesar de não possuírem qualquer tipo de equipamento, nem mesmo vegetação, abrigavam os eventos cívicos e religiosos, sem, no entanto, incentivarem qualquer forma de prática esportiva.

Com a chegada da família real portuguesa ao país em 1808, iniciou-se um processo gradativo de mudanças na cidade. Além de obras públicas que visavam à melhoria do acesso à cidade, tendo sempre em mente motivações econômicas, a paisagem transformou-se em razão de novas medidas higiênicas. Foram abertos novos bairros, além dos limites tradicionais da cidade, sendo que “os terrenos periféricos à cidade, mais facilmente acessíveis, foram rapidamente apropriados pelas famílias mais ricas. Algumas passaram a residir nessas chácaras; outras as utilizavam como áreas de lazer. [...] Eram os mais ricos saindo da cidade, para morar com mais conforto”.¹¹

¹¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo, vila cidade, metrópole*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo: BankBoston, 2004. p.89.

Após a Independência do Brasil em 1822, verificou-se a modernização dos modos de vida urbana de São Paulo, de modo a aproximá-los do estilo de vida europeu. Os Códigos de Posturas Municipais introduzidos em 1886 estabeleceram, por exemplo, medidas visando à melhoria das condições de higiene das ruas, até aquele momento utilizadas como locais de despejo de esgoto e lixo, pois naquela época as atividades cotidianas, fossem elas de lazer ou de trabalho, se desenvolviam naturalmente no espaço público, em um período no qual a forte segregação das classes sociais em escravos e homens livres não representava uma segregação espacial.

“Ao amanhecer, os escravos se juntavam nos chafarizes, buscando água a ser utilizada nas casas. Em plena luz do dia, a rua era invadida pelos vendedores de frutas, legumes, cestas e objetos de folha de flandres – negros forros ou escravos, muitos deles de ganho. As negras, com seus tabuleiros, ocupavam as ruas de maior movimento e os largos e praças da cidade, à espera dos homens brancos e seus encontros de negócio. Nas ruas, juntavam-se aos ferreiros, ourives, barbeiros e amoladores de facas, que ofereciam seus serviços em plena calçada ou à porta dos armazéns e lojas dos sobrados.”¹²

¹² ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3 edição. São Paulo: FAPESP: Studio Nobel, 2003. p.29.

Paralelamente, nas áreas nobres da cidade, as tradicionais edificações construídas no alinhamento do lote e sem recuos laterais foram substituídas pelos palacetes, cujos recuos e jardins presentes em

todas as faces do lote proporcionavam melhores condições de insolação e arejamento. Além dos jardins dos primeiros palacetes, a vegetação foi introduzida na cidade através da arborização de ruas e praças, que passaram a ser utilizadas não apenas durante as festas religiosas e comemorações diversas, mas também no dia a dia da população, como local de recreação voltada ao passeio e à contemplação.

O espaço urbano mais significativo em relação à presença de arborização e à promoção do lazer era, sobretudo, o parque. Se por volta das décadas de 1850 e 1860, na Europa, este equipamento foi implantado para atender uma nova necessidade da cidade industrial, ou seja, o lazer das grandes massas urbanas como as de Londres e de Paris¹³, no Brasil, o parque surgiu para atender aos anseios da elite que desejava imitar o modo de vida europeu.

Assim, em 1825, o Horto Botânico, atual Jardim da Luz, criado em 1798, foi transformado em Jardim Público e aberto à população, de acordo com uma série de restrições que visavam os bons costumes, tornando-se uma nova opção de lazer das elites. Ressalta-se que naquela época as funções higiênicas e estéticas se sobrepunham às funções recreativas de tais espaços, sendo que, de acordo com Segawa (1994, p. 56), “no final do século 19, o conceito da rua e do parque arborizados como pulmões urbanos estava amplamente assimilado”¹⁴. A maior parte dos paulistanos, porém, não usufruiu desses novos grandes equipamentos, tendo que recorrer a áreas bem menos nobres para a satisfação de suas necessidades de lazer, como terreiros e várzeas.

Naquele momento, as atividades esportivas, introduzidas na cidade via colonizadores portugueses, ainda eram pouco diversificadas e não muito populares, sendo algumas delas influenciadas por motivações militares, como a esgrima e equitação. Havia ainda a prática de natação e de remo, sobretudo nos rios Tamanduateí e Tietê, de peteca, de malha e de ciclismo, esporte da moda praticado por aqueles com condições de importar as bicicletas da Europa. Em meados do século XIX, a capoeira, que apesar das proibições era prática característica dos escravos, ganhou novos praticantes representados pelos estudantes da Faculdade de Direito.

¹³ Londres e Paris eram as duas cidades europeias mais populosas da época. Segundo Sennet (SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988), Londres possuía 1.225.694 habitantes em 1821, e 3.834.354 em 1881. Paris, por sua vez, possuía 713.966 habitantes em 1821 e 2.269.023 em 1881. Uma situação bem diferente era encontrada em São Paulo, que em 1890 contava com modestos 64.934 habitantes, de acordo com os dados do IBGE – censos demográficos.

¹⁴ SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: FAPESP: Studio Nobel, 1996.

Foi somente em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, que o posicionamento diante das práticas esportivas começou a mudar mais efetivamente. A lei proibiu o tráfico de escravos para o Brasil, indicando que o regime escravocrata não era bem-visto internacionalmente. Mais que isso, tal norma fez com que os imigrantes europeus aos poucos se tornassem a principal mão de obra assalariada no país. Durante as décadas de 1850 e 1860, os imigrantes, em especial os ingleses, difundiram novos hábitos culturais, incluindo a prática de atividades esportivas ao ar livre visando uma vida saudável e o equilíbrio entre mente e corpo.

Nesse novo cenário, a Ginástica, precursora da Educação Física atual, foi incluída no ensino fundamental das escolas públicas do Rio de Janeiro em 1854, sendo tal obrigatoriedade estendida aos demais estados brasileiros no início do século XX. O pioneirismo dessa cidade em relação às demais é explicado pela presença da Academia Real Militar desde 1810 na sede da Corte, uma vez que a Ginástica era praticada na instituição com fins militares.

Ainda que em um primeiro momento a Educação Física possuisse um intuito higiênico, que considerava os exercícios físicos como “receita” ou “remédio” para um corpo saudável, e um intuitomilitar, que visava o adestramento do corpo, foi inegável a sua importância na popularização das atividades esportivas no período. Isto porque, embora o sistema escravocrata apresentasse sinais de colapso, os escravos continuavam a existir em grande número na cidade, mantendo vivo o preconceito em relação aos trabalhos manuais e ao esforço físico.

Ressalta-se aqui que o ensino de ginástica nas escolas era uma medida amplamente incorporada na Europa e nos Estados Unidos no momento em questão, destacando-se que na Inglaterra, um dos países que exerciam grande influência sobre o Brasil naquela época, a Educação Física estava plenamente inserida nas escolas públicas desde 1830. Destaca-se que entre 1820 a 1870 os estabelecimentos de ensino ingleses serviram como laboratórios para a invenção dos esportes modernos.

A partir de 1880, os novos esportes passaram a ser praticados

além dos muros das escolas inglesas, nos amplos espaços livres criados na década de 1850 e largamente disseminados naquele momento, isto é, nos parques urbanos. A realização dos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna na cidade de Atenas em 1896, com a participação de 241 atletas - todos homens - de 14 países, foi consequência da progressiva internacionalização dos esportes, sendo que apenas 4 anos depois, nas Olimpíadas de Paris, o número de atletas e países aumentou para 997 e 24, respectivamente.¹⁵

¹⁵ Participaram da Olimpíada de Atenas, em 1896, Alemanha, Austrália, Áustria, Chile, Dinamarca, Egito, EUA, França, Grã Bretanha, Grécia, Hungria, Itália, Suécia e Suíça, nas modalidades atletismo, ciclismo, esgrima, ginástica, halterofilismo, luta, natação, tênis e tiro. Nas Olimpíadas de Paris, esportes como futebol, golfe, hipismo, pólo, remo, rugby e vela foram incorporados.

Figura 1 - Olimpíadas de Atenas, 1896. Vista do Estádio Panathinaikos durante a realização das provas de atletismo.
Fonte: Comitê Olímpico Internacional.

O ano de 1888 marcou a introdução, de fato, dos esportes na cidade de São Paulo, quando a abolição da escravidão, através da Lei Áurea, somou-se às constantes influências externas, criando um cenário propício a mudanças no modo de vida da população. Essa situação foi então reforçada pela Proclamação da República, ocorrida no ano seguinte, a qual incentivou a difusão de novos costumes, entre os quais estavam as atividades esportivas, com o objetivo de marcar o rompimento com o período colonial.

*“Ao findar o regime monárquico, as principais cidades brasileiras estavam em condições lamentáveis, com graves problemas sanitários. Para acentuar o atraso da monarquia, os republicanos empenharam-se na valorização do urbano, em uma ampla modernização técnica e social. Na época, isso correspondia a copiar as reformas urbanísticas das cidades europeias, em especial Paris”.*¹⁶

¹⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. op. cit. p.139.

Os novos esportes chegaram, enfim, a São Paulo através dos clubes e associações particulares. Em 1888, o primeiro clube esportivo foi fundado por imigrantes ingleses (São Paulo Athletic Club – SPAC),

e em 1890, foi a vez da primeira academia de ginástica ser inaugurada, dessa vez por imigrantes alemães (*Deutsch Turnerschaft*). Em 1896, foi realizada a primeira partida de futebol em terras paulistanas, modalidade que chegou ao país em 1894 pelo inglês Charles Miller. Em 1898, o basquetebol foi trazido pela Associação Atlética Mackenzie College, enquanto o voleibol foi incentivado pela Associação Cristã de Moços (ACM), instalada na cidade em 1902.

Seguindo o exemplo europeu de práticas de lazer esportivo ao ar livre, vários parques foram abertos pela cidade, por iniciativa pública e privada, dentre os quais estavam: Parque Villon, atual Parque Tenente Siqueira Campos, em 1892; Parque da Cantareira, em 1893; Horto Botânico, atual Horto Florestal, em 1896; Parque Antártica, em 1902; e Parque Bosque da Saúde, em 1908. Os dois últimos foram abertos pela Cia. Antártica Paulista com objetivo de não apenas proporcionar locais de recreação aos paulistanos, mas também de promover seus produtos.

Dessas áreas, merece destaque o Parque Antártica, principal local de lazer ativo da população à época, principalmente nos finais de semana. Com cerca de 300 mil m², o parque era aberto ao público e possuía um bosque com trilhas para caminhadas, circos temporários, parques infantis, pistas de atletismo, quadras de tênis, campo de futebol e quiosques para piquenique. A cidade contava ainda com o velódromo de Dona Veridiana Prado, inaugurado em 1892 e equipado com quadras de tênis e piscinas. Enquanto tais espaços eram frequentados principalmente pela população mais abastada, dezenas de campos de futebol de várzea mostraram-se essenciais ao lazer dos habitantes mais humildes.

Vale a pena ressaltar que, apesar da boa receptividade da população à implantação dos parques, os mesmos não eram valorizados como nos dias de hoje. Ainda que em 1911 o Relatório Bouvard tenha ressaltado a necessidade de tais espaços, destacando que “*mais a população aumentará, maior será a densidade da aglomeração, mais crescerá o número de construções, mais alto subirão os edifícios, maior se imporá a urgência de espaços livres, de praças públicas, de squares de jardins, de parques*”¹⁷, a presença de numerosos vazios urbanos, característica

¹⁴ OS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO. *Revista de Engenharia*, São Paulo, v.1, n. 2, jul. 1911 apud SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. p. 101

da urbanização não contínua daquela época, mascarava a importância dos parques como equipamentos de lazer cotidiano da população. Foi somente décadas mais tarde, na segunda metade do século XX, através da urbanização intensa e do loteamento das até então abundantes áreas livres, que os parques figuraram como equipamentos essenciais à manutenção e melhora da qualidade de vida da população.

A abertura dos bairros-jardins no início da década de 1910 reforçou a imagem de São Paulo como cidade repleta de áreas verdes, sobretudo para a população das classes mais abastadas que residiam nesses bairros. O bairro Jardim América foi o primeiro desse tipo e tinha como características marcantes os altos índices de espaços livres e de arborização, garantidos através de normas rigorosas pela Cia. City, responsável por sua implantação: “a construção deveria respeitar o limite máximo de 50% da área do lote, recuos frontais, laterais e de fundo, normas rígidas para os fechamentos, por cercas e portões vazados, logrando uma transição entre o lote e o passeio de forma sutil”¹⁸.

Além dos parques, os leitos e margens dos rios exerceram papel importante no desenvolvimento das atividades recreativo-esportivas da população. Clubes como o Sport Club Germânia, atualmente conhecido como Esporte Clube Pinheiros, e o Espéria, fundados em 1899, bem como o Clube de Regatas Tietê, inaugurado em 1907, situados às margens dos rios, impulsionaram a prática da natação e do remo. Sobre o Rio Tietê, Reis Filho (1994, p. 140) afirma que suas “margens eram bem tratadas e arborizadas, com passeios para pedestres junto ao rio, com pavilhões para barcos, casas de madeira e rampas de acesso, como certos trechos do Tamisa, acima de Londres”¹⁹. Outro local de prática de esportes aquáticos era a Represa de Guarapiranga, construída em 1907 e frequentada por praticantes de remo e de esportes à vela, como o iatismo.

¹⁸ GUARALDO, Eliane. **São Paulo, paisagem e paisagismo na primeira república**. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - FAU USP, São Paulo, 1995. p.123.

¹⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. op. cit. p.140

Figuras 2 a 4: Em detalhe, os clubes particulares da área central da cidade (Associação Atlética Mackenzie College, Velódromo D. Veridiana Prado e São Paulo Athletic Club), o Parque Antártica e os clubes situados às margens do rio Tietê (Clube de Regatas Tietê, Espéria e Clube de Regatas São Paulo).

Figura 5 - Planta da Cidade de São Paulo em 1913 com a localização dos seguintes equipamentos de lazer: clubes às margens do Rio Tietê, ao norte; Hipódromo da Mooca, a leste; Jardim da Aclimação, ao sul; Parque Antártica, a noroeste; e Jardim Público e clubes particulares, ao centro.

Um novo impulso foi dado ao esporte nacional em 1920, quando ocorreu a primeira participação do Brasil em uma Olimpíada. Um total de 21 atletas foram à Antuérpia, na Bélgica, para participar das provas de natação, pólo aquático, saltos ornamentais, remo e tiro esportivo, sendo que nessa última modalidade foram conquistadas uma medalha de ouro, uma de prata e uma de bronze. O país passou a figurar no cenário esportivo internacional, abrindo caminho para a participação em torneios sul-americanos de diversas modalidades. As cidades, portanto, deveriam se adequar ao contexto esportivo da época, melhorando suas estruturas, tanto em equipamentos de esporte quanto em treinamento de atletas.

O que poderia ter sido um momento de estímulo à implantação de espaços livres públicos equipados para o esporte, fosse ele amador ou profissional, resultou, na prática, no fomento de tal atividade dentro dos clubes particulares. Segundo Guaraldo (1995, p. 148), o Poder Público municipal transformou “sua política de espaços públicos em uma política de lazer, estimulando os espaços esportivos e de recreação particulares”²⁰. A Administração dos Jardins Públicos passou, inclusive,

²⁰ GUARALDO, Eliane. op.cit. p.123.

a fazer doações de plantas e mudas, bem como a executar serviços de manutenção em um número significativo de clubes particulares, como o Clube Paulistano, Espéria, Clube de Regatas Tietê, Clube Palmeiras, entre outros.

No âmbito nacional, também se fez ausente o incentivo à abertura de grandes parques urbanos para atender às necessidades recreativas da população, tendo em vista que a promoção do esporte e do lazer não dirigidos não interessava ao governo. Assim, a atuação do poder público junto às práticas esportivas deu-se principalmente através dos estabelecimentos de ensino, ou seja, em ambientes devidamente controlados e disciplinados.

Dessa forma, o governo elaborou leis e decretos federais a respeito das práticas esportivas nas escolas. Um dos mais importantes foi o Decreto Nº 19.890/31, uma vez que estabeleceu a obrigatoriedade da Educação Física nos estabelecimentos de ensino médio brasileiros, medida estendida ao ensino fundamental pela Constituição promulgada em 1937, durante o Estado Novo.

Essa interferência na área esportiva deu-se em razão do caráter populista-nacionalista do governo, que tinha como objetivo a mobilização e o controle das massas. Nesse contexto, a educação física praticada nas escolas era vista como vetor dessa mobilização, na medida em que relacionava o esporte ao espírito patriótico, além de capacitar fisicamente os futuros trabalhadores.

Fora das escolas, a iniciativa pública mais significativa relacionada à prática de atividades esportivas ao ar livre na cidade de São Paulo no momento em questão foi o programa Parques Infantis, institucionalizado em 1935. O programa caracterizava-se pelo oferecimento de atividades lúdicas, esportivas e culturais fora do ambiente escolar, em espaços livres de dimensões mais modestas se comparadas aos parques do início do século, e especialmente equipados com brinquedos e instalações esportivas.

Inicialmente, tais parques foram destinados a crianças de 3 a 6 anos, sendo que a partir de 1937 o limite de idade foi estendido até 12 anos. No mesmo ano, as unidades começaram a funcionar também durante o período noturno, tornando-se sede do chamado Clube de

Menores Operários, o qual atendia pessoas com até 21 anos. Tanto no período diurno quanto no noturno, os frequentadores eram, em sua maioria, provenientes de famílias operárias que encontravam no parque a possibilidade de se desenvolverem física, intelectual e socialmente. As 3 finalidades básicas desses espaços eram: assistir, através do fornecimento de assistência médica, dentária e alimentar, educar e recrear.

O projeto dos Parques Infantis se resumia a um pequeno edifício, contendo uma cantina e uma ou duas salas para atividades diversas, implantado em meio a uma grande área livre equipada com campo gramado, aparelhos para ginástica, piscina, tanque de areia, pista de corrida e quadra esportiva. Segundo esse modelo, privilegiavam-se as atividades ao ar livre, consideradas como práticas extremamente saudáveis às crianças e à população em geral, já que possibilitavam os benefícios do contato com o ar puro, sol e vegetação. Como exemplo, podemos citar a unidade Santo Amaro que possuía uma área coberta de 278 m² em um terreno de 4.884 m².

A partir de 1945, o governo municipal priorizou a implantação de equipamentos mais modestos, porém, em maior quantidade. Duas novas tipologias foram, então, criadas: os Recantos Infantis e os Recreios Infantis. Ambos eram unidades mínimas, geralmente com área útil equivalente a 10% da área dos Parques Infantis, instaladas em praças públicas já consolidadas ou em pequenos lotes. A diferença básica entre os 2 novos tipo de equipamentos relacionava-se à distribuição dos mesmos pela cidade, sendo que os Recreios se concentravam na periferia, e os Recantos, na região central. Em 1975, através do Decreto N° 12.115/75, que regulamentou o ensino fundamental, os Parques Infantis deixaram de existir oficialmente, passando a ser chamados, juntamente com os Recantos e Recreios Infantis, de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI). Desde então, algumas unidades foram completamente alteradas, perdendo grande parte de suas áreas livres para a implantação de edificações como creches e unidades básicas de saúde.

A construção das unidades de menor porte a partir da década de 1940 refletiu as mudanças que ocorriam na área urbana de São

Paulo, onde os espaços livres relativamente abundantes até o momento deram vez, aos poucos, às novas necessidades da população que imigrou para a cidade, atraída pela crescente industrialização. Ironicamente, o aumento populacional gerou um crescimento da demanda por espaços livres para o lazer, ao mesmo tempo em que promoveu a ocupação dos mesmos com equipamentos habitacionais e de infraestrutura, sobretudo de transportes.

A mancha urbana da cidade de São Paulo se expandiu em ritmo acelerado, passando de 579.033 habitantes em 1920, para expressivos 1.326.261 em 1940²¹. O desenvolvimento da indústria automobilística impulsionou a construção de estradas e avenidas por todo o país, e aumentou a mobilidade da população, que começou a exercer parte de seu lazer fora da cidade, através de viagens de final de semana para o litoral ou para sítios utilizados como segunda residência. Ainda assim, a procura por espaços de lazer no meio urbano cresceu, uma vez que a implantação da malha rodoviária resultou na perda de significativos espaços livres nas cidades.

²¹ Dados do IBGE – censos demográficos.

Para atender a demanda por espaços de lazer esportivo dentro dos limites da cidade, os governos municipal e estadual adotaram uma postura de construção de grandes equipamentos, que seriam capazes de abrigar tanto as atividades esportivas cotidianas quanto eventos maiores, tais como os Jogos Pan-americanos, realizados em São Paulo em 1963. A primeira unidade implantada de acordo com esse princípio foi o Estádio Municipal do Pacaembu, inaugurado em 1940. Ressalta-se que a construção de grandes equipamentos estava associada à nova percepção do lazer, que deixou de ser visto apenas como uma forma de manifestação popular e passou a ser encarado também como uma mercadoria de consumo disponível no mercado. Consequentemente, grandes instalações com capacidade de abrigar um público numeroso tornaram-se economicamente interessantes.

No ano seguinte, com a aprovação do Decreto-Lei Federal Nº 3.199/41, o esporte foi institucionalizado, estabelecendo-se normas sobre a organização de um conselho nacional de esporte, bem como de confederações, federações e ligas desportivas, com um caráter visivelmente centralizador. O artigo 3º do Decreto-Lei abordava as

competências do recém-criado Conselho Nacional de Desportos, formado por 9 membros nomeados pelo Presidente da República, sendo a principal delas *“estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais”*²².

²² BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.199/41.

Sobre os equipamentos esportivos, o artigo 37 do referido

²³Ibid.

Decreto-Lei dispunha:

“Incumbe à União, ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, isoladamente ou mediante conjugação de esforços, estimular e facilitar a edificação de praças de desportos pela iniciativa particular, e bem assim, na falta desta iniciativa, construí-las e montá-las a fim de que sirvam aos exercícios e competições das entidades desportivas”.²³

Tal determinação, aliada à especificação da presença das federações esportivas junto às capitais dos Estados, fomentou a difusão do esporte na cidade de São Paulo. A publicação no país, ainda em 1941, do primeiro livro sobre normas e padrões construtivos de instalações esportivas, reforçou a criação de condições favoráveis à construção de grandes equipamentos públicos nos anos seguintes, a saber: Conjunto Desportivo Estadual Baby Barioni na Barra Funda (1945), Conjunto Desportivo Municipal Constâncio Vaz Guimarães no Ibirapuera (1957), e Estádio Municipal de Beisebol Mie Nishi no Bom Retiro (1958).

No que diz respeito à iniciativa particular, observou-se a valorização dos conjuntos aquáticos dos clubes paulistanos, que se tornaram responsáveis pela formação de atletas e pela organização de competições. Paralelamente, a partir dos anos 1940, as piscinas começaram a ser introduzidas nas residências mais ricas, sendo que durante as duas décadas posteriores, as mesmas foram difundidas também em propriedades de recreio, como sítios e chácaras.

Em relação às atividades de lazer da crescente massa de trabalhadores, o ano de 1946 marcou a criação do Departamento Regional do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Departamento Regional do Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo. Tais entidades, através da busca pelo bem-estar de seus associados, foram responsáveis pela construção de diversas unidades esportivas de qualidade, que até hoje têm fundamental importância no contexto esportivo paulistano.

A partir da década de 1950, importantes espaços livres de lazer da cidade foram afetados negativamente pela intensa urbanização. Os rios e as represas, por se encontrarem extremamente poluídos, tornaram-se impróprios para as práticas esportivas neles realizadas regularmente até aquele momento. Desta maneira, foram abandonados gradativamente, ressaltando-se que algumas modalidades, principalmente o iatismo junto às represas, continuaram a ser praticadas, embora em menor intensidade. De acordo com Reis Filho (1994, p.147): *“com a implantação do sistema de bombeamento das águas poluídas do rio Tietê para a Billings, as atividades esportivas se tornaram impraticáveis. A represa passou a ser um campo de decantação de esgoto a céu aberto”*²⁴. A natação foi, então, reafirmada como prática a ser desenvolvida nos clubes e nas residências, observando-se a valorização das piscinas particulares.

Além dos rios e represas, as ruas também sofreram consequências diretas da expansão urbana a partir de meados da década de 1950 e principalmente na década de 1960, momento em que tais espaços livres foram alterados em razão não apenas do contínuo crescimento populacional – que ultrapassou a marca dos 3 milhões de habitantes²⁵, mas também de um novo elemento: o automóvel. Entre os anos de 1950 a 1966, o número de veículos automotores no município passou de 68 mil para 415 mil²⁶, resultando em profundas alterações no uso das ruas da cidade, na medida em que os carros, motos e ônibus passaram a ser associados à poluição e ao perigo de acidentes e mortes. Como consequência, houve um gradativo esvaziamento das calçadas, que deixaram de ser locais de brincadeiras infantis e encontros descompromissados, sobretudo nas áreas consolidadas da cidade, onde o fluxo de veículos era mais intenso. Por outro lado, em várias áreas da

²⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart. op. cit. p.147

²⁵ Segundo dados dos Censos Demográficos do IBGE, a população da cidade nos anos 1950 e 1960 era, respectivamente, 2.198.096 e 3.781.446 habitantes.

²⁶ MEYER, Regina Maria Prosperi. O papel da rua na urbanização paulistana. *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo, n.2, jan-dez. 1993. p.23.

periferia, onde a presença de infraestrutura de transportes era escassa, as funções de lazer das ruas foram conservadas.

Diante desse panorama, criou-se em 1957 o movimento “Ruas de Recreio” no Rio de Janeiro. Desde então, as chamadas “ruas de lazer” tornaram-se comuns em vários estados brasileiros, caracterizando-se pelo bloqueio do tráfego de veículos em períodos específicos, como em feriados e finais de semana, visando a prática de atividades físicas. Nota-se, porém, que essa iniciativa se concentrava em áreas onde o fluxo de veículos era menos intenso; nas regiões onde o sistema viário está plenamente consolidado, o valor lúdico de tais espaços livres não foi, e dificilmente será, recuperado.

Não apenas as alterações do sistema viário, mas também o contexto político contribuíram para a diminuição das atividades de lazer nas vias e calçadas urbanas. A Ditadura Militar, vigente no país entre 1964 e 1985, caracterizou-se pela forte censura e pela repressão policial às manifestações nas ruas, estimulando-se, assim, formas de lazer “organizado”, controladas pelo governo, dentre as quais merecem destaque a televisão e as idas ao cinema e aos grandes centros comerciais (*shopping centers*).

Contudo, tendo consciência da popularidade das atividades de lazer esportivas, e usando-as como propaganda política, o governo militar incentivou a participação do país em campeonatos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, bem como a construção de centros esportivos nas diversas cidades. Foi nesse momento que o número de unidades esportivas municipais aumentou consideravelmente: entre 1965 a 1981 foram construídos 29 equipamentos, inclusive o Centro Olímpico de Treinamento de Pesquisa, inaugurado em 1977. Muitas dessas unidades foram utilizadas durante a realização dos Jogos Pan-americanos sediados na cidade São Paulo no ano de 1963²⁷.

Ainda na década de 1960, transformações ocorridas no tecido urbano acarretaram a substituição de campos de várzea e espaços informais de lazer por loteamentos e avenidas. Grandes áreas com significativo potencial para a implantação de equipamentos públicos

²⁷ Participaram dos Jogos Pan-americanos de São Paulo 1.665 atletas de 22 países. Os atletas ficaram alojados na Vila Olímpica, hoje transformada em um conjunto residencial para estudantes da USP (CRUSP), e competiram em locais diversos, tais como: Ginásio e Parque do Ibirapuera, Autódromo de Interlagos, Estádio do Pacaembu, Estádio do Bom Retiro, Represa de Guarapiranga, Jockey Club, Hípica Santo Amaro, Clube Atlético Paulistano, Esporte Clube Pinheiros, entre outros.

de lazer foram comprometidas, entre elas as várzeas dos rios Tietê e Pinheiros:

*“Essas duas vastas planícies de inundação ainda apresentavam grande potencial de utilização para áreas verdes na década de 60, quando se iniciou a sua apropriação pelo sistema de vias marginais. Esse sistema, que complementava a retificação e canalização dos rios, só privilegiou as condições viárias, sem uma postura mais generosa de contribuir para dotar a cidade de áreas verdes”.*²⁸

²⁸ KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993. p.50.

Diante dos quase 6 milhões de habitantes residentes em São Paulo em 1970, o governo municipal elaborou, em 1972, uma nova legislação de uso e ocupação do solo. Tal legislação estabeleceu taxas de ocupação inversamente proporcionais aos coeficientes de aproveitamento²⁹, consolidando a ocupação vertical segundo o padrão de torres isoladas em lotes com grande porcentagem de área livre. Essas áreas passaram, desde então, a ser utilizadas pelas construtoras como atrativo para a venda das unidades habitacionais, através de uma estratégia que promoveu a qualificação desses espaços como locais de lazer, plenamente equipados com *playground*, jardins, piscinas, quadras poliesportivas, salas de ginástica, salão de festas e outros.

²⁹ A taxa de ocupação (T.O.) é a relação entre a projeção da edificação sobre o terreno e a área do lote, ou seja, ela representa a porcentagem do terreno sobre o qual há edificação. O coeficiente de aproveitamento (C.A.), por sua vez, é o fator que, multiplicado pela área do lote, indica a quantidade máxima da área a ser construída no local, somando-se todos os pavimentos. O C.A. determina o potencial construtivo do lote.

O oferecimento dessas tipologias, em um momento de agravamento dos problemas relacionados ao trânsito e à escassez de espaços livres públicos, foi bem-sucedido, gerando uma demanda por condomínios-clubes - termo pelo qual ficaram conhecidos - pela população que podia arcar com os custos de tais facilidades. É necessário ressaltar que, apesar de serem resultado da legislação válida em todo o município, tais tipologias não foram verificadas na chamada “cidade informal”:

*“Esta generosidade aparente de espaços livres dentro de parte dos lotes da cidade formal, não é acompanhada dentro da cidade informal, ou seja, aqueles segmentos urbanos constituídos à revelia dos poderes legais. Lotes pequenos, construções precárias e uma super-ocupação do lote, que condiciona o acoplamento das construções, deixa a disposição exíguos espaços livres, tanto dentro dos lotes [...] como nas vias de acesso e circulação”.*³⁰

³⁰ MACEDO, Silvío Soares. **Espaços livres. Paisagem e Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 7, p. 15-56, jun. 1995. p.48.

Se por um lado a população com melhores condições financeiras passou a dispor de espaços livres condominiais cada vez maiores e melhor equipados para a realização de suas atividades de lazer, por outro, as classes média e baixa passaram a ser o público-alvo dos grandes parques urbanos, implantados a partir de meados dos anos 1970 objetivando-se o atendimento das necessidades da população em geral.

Assim, de acordo com a valorização naquele momento das práticas esportivas como forma de se melhorar a qualidade de vida dos indivíduos em nível mundial, e na tentativa de interromper a crescente diminuição dos espaços livres em meio à malha urbana, nos últimos anos da década de 1970 e ao longo da década de 1980, um número significativo de parques foi aberto pela cidade. Dessa maneira, se entre os anos de 1825 a 1974 havia apenas 6 parques municipais em São Paulo, entre 1975 a 1989 foram inauguradas mais 18 unidades, sendo que em 1995 o total de equipamentos era de 31. Os parques firmaram-se como importantes locais de lazer ao ar livre dos habitantes da área urbana consolidada³¹, concentrando em seu interior atividades até então dispersas pelo município, sobretudo as relacionadas ao esporte, observando-se que quase todos os parques implantados desde então passaram a conter instalações destinadas a tal prática.

³¹ Na área urbana não consolidada, onde a implantação de parques não foi significativa, as ruas eram, e até o início do século XXI são, as grandes responsáveis pelas atividades de lazer esportivo dos paulistanos.

Figura 6 - Quadra esportiva no Parque Ibirapuera.

Embora tivesse sido elaborado o Plano de Áreas Verdes de Recreação do Município de São Paulo, entre 1967 e 1969 pelas arquitetas paisagistas Miranda Magnoli e Rosa Kliass, contratadas pela Prefeitura, tal documento não foi suficiente para garantir o estabelecimento de um sistema integrado de parques, já que as recomendações presentes no plano não foram seguidas pelo poder público. As arquitetas propuseram uma hierarquização dos parques, que seriam divididos em 4 categorias fundamentadas nos raios de atendimento dos equipamentos: (i) parques de vizinhança, com raio de atendimento igual a 500m; (ii) parques de bairro, com raio de atendimento igual a 1km; (iii) parques setoriais, com 5km de raio de atendimento; e (iv) parques metropolitanos.

Nota-se que não foram propostos parques de vizinhança junto às áreas de renda alta e média-alta, nem parques de bairro nos distritos de renda alta, sugerindo que essa população não utilizaria tais equipamentos para o seu lazer. De acordo com Jacobs (2003, p.110), “o principal problema do planejamento de parques de bairro resume-se ao problema de alimentar uma vizinhança diversificada capaz de utilizá-los e mantê-los”³². A associação entre a localização dos espaços livres públicos recreativos e a renda da população foi um dos pontos mais relevantes do Plano em questão.

³² JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.110.

O Plano de Áreas Verdes representou um importante avanço teórico ao abordar o conceito de um sistema de espaços livres hierarquizados voltados para a recreação dos munícipes. Tal conceito figurou, inclusive, em outros planos publicados no mesmo período, como o Plano Urbanístico Básico (PUB) de 1968, e a Lei Municipal N° 7.688/71, conhecida como Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-SP). Na prática, porém, o sistema de parques não chegou a ser concretizado.

Paralelamente à abertura dos parques durante as décadas de 1970 e 1980, a prefeitura promoveu a construção de unidades esportivas de menor porte, sobretudo junto à periferia, sempre em áreas adjacentes às escolas municipais. Tais unidades, que na época se chamavam Minibalneários e que posteriormente foram renomeadas para Clubes de Cidade, eram utilizadas pelos alunos das escolas após

o turno escolar, e sua localização buscava conciliar a educação e o esporte.

Também foram inaugurados naquele momento vários Clubes Desportivos Municipais, atuais Clubes da Comunidade, caracterizados pelo pequeno porte, pela relativa facilidade de implantação, já que não necessitavam de grandes áreas, e por uma maior participação comunitária na sua gestão. No tocante aos Centros Educacionais e Esportivos, criados na década de 1960 com o objetivo de estimular o aprendizado e o aperfeiçoamento de práticas esportivas para a descoberta de talentos, foi elaborada uma nova regulamentação em 1970 estabelecendo que os mesmos passariam a valorizar a educação integral do indivíduo e o aproveitamento das horas de lazer de forma salutar.

Esses investimentos públicos no setor de lazer esportivo estavam embasados no movimento mundial “Esporte Para Todos”, amplamente difundido no Brasil a partir de 1973, que considerava o esporte como instrumento de educação permanente e de desenvolvimento cultural. Em 1978, com a publicação da Carta Internacional da Educação Física e Desportos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a prática da educação física e do esporte tornou-se direito fundamental de todos os indivíduos, configurando-se como uma forma de preservar a saúde, enriquecer relações sociais e enfrentar de forma sadia os “inconvenientes da vida moderna”.

A carta da UNESCO considerava ainda que *“integrar a educação física e o desporto ao meio natural equivale a seu enriquecimento, inspira o respeito para os recursos do planeta e desperta o desejo de conservá-los e utilizá-los para o maior proveito da humanidade inteira”*³³, mostrando estar em sintonia com os movimentos ambientais difundidos naquela época.

O *Fitness* foi outro movimento mundial difundido no Brasil a partir dos anos 1980, quando São Paulo possuía pouco mais de 8,4 milhões de habitantes. A prática da ginástica e da musculação ganhou, então, considerável número de adeptos, fazendo com que o número de academias de ginástica aumentasse substancialmente em todo o país, passando de 1 mil unidades em 1971, para 20 mil em 2003³⁴. Em relação aos equipamentos públicos,

³³ UNESCO. Carta Internacional da Educação Física e Desportos. 1978.

³⁴ DA COSTA, Lamartine (org). Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p.63

observa-se, a partir de 1983, uma sensível queda na construção de novos clubes, contabilizando-se a inauguração de apenas 5 unidades de tal data até 1995. A Vila Olímpica Mário Covas, localizada na zona oeste da cidade e inaugurada parcialmente em 2005, representa o último equipamento público de grande porte implantado no meio urbano, caracterizada pela presença de significativa área livre equipada para a prática esportiva.

Finalmente, a partir dos anos 2000, diante de um panorama no qual o número de paulistanos ultrapassou os 10 milhões e a presença de terrenos livres no meio urbano diminuiu de maneira significativa, o poder público consolidou-se como promotor do esporte social, priorizado em relação às práticas esportivas de alto nível. Dentro desse contexto, a missão da SEME era “*melhorar a qualidade de vida na cidade de São Paulo garantindo o acesso a esporte e lazer com qualidade, como direitos sociais fundamentais de todos os cidadãos*”³⁵. Notou-se então o incentivo à apropriação dos equipamentos esportivos existentes na cidade, através de programas como a Virada Esportiva e o Clube Escola.

³⁵ SEME. Prioridade social também para esporte e lazer. São Paulo: SEME, 2001.

A Virada Esportiva, que teve sua primeira edição em 2007, caracterizou-se pela realização de atrações esportivas gratuitas em diversos locais da cidade durante 24 horas ininterruptas, das 14h de um sábado até às 14h do domingo seguinte. Em 2008, foram realizadas cerca de 700 atividades em mais de 380 equipamentos do município, destacando-se de forma positiva a utilização de equipamentos particulares em complementaridade aos públicos. Foram utilizados: parques, praças, ruas, clubes municipais, ginásios estaduais, Memorial da América Latina, Centros Educacionais Unificados (CEUs), unidades esportivas do SESC e SESI, Sambódromo, represas, campus da Universidade de São Paulo, clubes particulares, entre outros.

O Programa Clube Escola instituído pelo Decreto Nº 48.392/07, por sua vez, propôs a otimização do uso dos diversos clubes desportivos municipais, os quais passariam gradativamente a funcionar como extensões das escolas, através do oferecimento de atividades esportivas, recreativas e culturais aos estudantes da rede municipal e estadual e às suas famílias. De acordo com o Decreto, eram 4 os objetivos do programa:

*“I – ampliar as atividades físicas, esportivas, de lazer e de recreação na Cidade de São Paulo, especialmente para os alunos da rede pública e seus familiares;
II – proporcionar o aumento qualificado do acesso dos alunos aos equipamentos sociais existentes na Cidade de São Paulo;
III – contribuir para o enriquecimento sócio-cultural nas diferentes áreas do conhecimento;
IV – utilizar todo o potencial do equipamento esportivo”.³⁶*

³⁶ SÃO PAULO (Cidade).
Decreto Nº 48.392/07.

Para viabilizar tal projeto, foi elaborado o Plano de Reformas dos Equipamentos Públicos Municipais, através do qual aproximadamente 90 milhões de reais foram destinados à recuperação e à melhoria das unidades esportivas do município. O plano, implementado em maio de 2007, foi dividido em 3 etapas, das quais duas se encontravam finalizadas em maio de 2008 com a reforma de 303 equipamentos ao custo aproximado de 53 milhões de reais. Durante a terceira fase do plano, iniciada em junho de 2008, cerca de 130 unidades começaram a ser reformadas com a verba restante. Dentre as melhorias realizadas durante as reformas estão a troca de pisos e gramados, reparos em piscinas, instalação de iluminação, pintura e colocação de alambrados.

Desde meados dos anos 2000, verificou-se um aumento considerável do número de logradouros nos quais o tráfego de veículos era bloqueado aos domingos e feriados, com a finalidade de permitir a prática de atividades recreativas por parte dos moradores, fundamentalmente nas áreas periféricas da cidade. Tal medida constituiu-se no programa Ruas de Lazer, criado a exemplo das Ruas de Recreio cariocas do final da década de 1950, e regulamentado na cidade de São Paulo em 1996. Assim, se em setembro de 2004 eram contadas 250 Ruas de Lazer na cidade, em dezembro de 2008 esse número aumentou para cerca de 850.

Ao longo da primeira década do século XXI, a interrupção do trânsito em períodos específicos também passou a ser observada com mais frequência nas ruas das áreas urbanas consolidadas, em razão da popularização das chamadas provas pedestres, comumente conhecidas como corridas de rua. Por aliar os benefícios do exercício físico ao ar livre ao baixo custo necessário para a sua prática, tal modalidade conquistou um grande número de adeptos, sendo que durante 2008 mais de 130 mil pessoas participaram das provas organizadas pela *Corpore*, uma das principais entidades promotoras de corridas de rua no Município.

O lazer esportivo também foi incentivado junto aos CEUs, grandes centros educacionais equipados com instalações esportivas e abertos à comunidade local, os quais passaram a exercer um importante papel na satisfação das necessidades de recreação da população por se concentrarem em áreas com grande carência de equipamentos para tal fim, principalmente na periferia da cidade. Idealizados em 2002 no Plano Diretor Estratégico de São Paulo, foram concretizados em 2003, quando a primeira unidade – CEU Jambeiro - foi inaugurada na zona leste na cidade.

Ainda segundo o Plano Diretor, “a recuperação dos espaços públicos e da qualidade de vida deverá prever [...] o resgate e recuperação ambiental, esportiva e cultural de todas as praças e parques da cidade”³⁷. Observou-se, então, um novo estímulo à criação de parques, oficializado pelo programa municipal Cem Parques para São Paulo. Com o objetivo de atingir o número de 100 equipamentos até 2012, 19 parques foram inaugurados pela Prefeitura entre os anos de 2007 e 2008, localizados em sua maioria na zona leste da cidade.³⁸

Ainda que o plano tenha proposto a abertura de parques em todas as regiões, buscando-se a melhor distribuição de tais espaços pelo Município, não foi sugerida a formação de um sistema que proporcionasse a integração dos novos espaços entre si, bem como entre os demais equipamentos de lazer já existentes. Além disso, em um momento no qual grande parte dos espaços livres da cidade foi comprometida, a disponibilidade da área se impõe à sua adequabilidade de se converter em um parque. Dessa maneira, muitos parques públicos

³⁷ SÃO PAULO. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: minuta do projeto de lei. Março 2002. p.60-61.

³⁸ As zonas leste, oeste, norte e sul receberam, respectivamente, 9, 3, 3 e 4 parques.

implantados em 2007 e 2008 caracterizam-se por possuírem pequenas dimensões e raio de atendimento limitado à vizinhança imediata. Embora qualquer novo parque seja útil à população devido à escassez de espaços livres voltados para o lazer, tal medida minimiza, mas não preenche, as lacunas existentes.

3. Os equipamentos esportivos públicos

A cidade de São Paulo conta com inúmeros equipamentos esportivos públicos, sendo a maioria administrada pela Prefeitura. Os parques e praças cujos programas prevêem instalações como quadras esportivas, campos de futebol, pistas de corrida, rampas de skate e ciclovias, as ruas que têm o trânsito interrompido em dias específicos para a realização de atividades físicas, as represas onde são praticados os esportes náuticos, as ciclovias inseridas na malha urbana, os estabelecimentos educacionais que contam com locais para o ensino da educação física e os centros esportivos, tais como clubes desportivos, ginásios e centros olímpicos, são todos exemplos de equipamentos esportivos públicos, ainda que possuam dimensões, capacidade de atendimento e programas diversos .

3.1 Os parques

Até dezembro de 2008, 61 parques estavam em funcionamento na capital paulista, sendo 50 municipais e 11 estaduais. Desse total, 22 foram inaugurados a partir do ano 2000, sobretudo nos anos 2007 e 2008, quando foi lançado o projeto Cem Parques para São Paulo. O plano propunha a implantação de parques em todas as regiões da cidade, objetivando-se uma melhor distribuição desses espaços pelo território. Assim, os novos equipamentos concentraram-se principalmente na região leste, onde, até o final de 1999, havia apenas 6 parques, e que, ao término de 2008, passou a contar com 17 unidades. Novos parques foram inaugurados em 5 subprefeituras que não possuíam tal tipo de espaço até o fim da década de 1990, verificando-se, então, a presença desses equipamentos em 27 das 31 subprefeituras paulistanas.

Destaca-se a adoção de uma nova tipologia chamada parque linear, cuja implantação foi estimulada pelo Plano Diretor Estratégico da Cidade – Lei Nº 13.430/02, que estabeleceu como ação estratégica de gestão ambiental “*implantar parques lineares dotados de equipamentos comunitários de lazer, como forma de uso adequado de fundos de vale, desestimulando invasões e ocupações indevidas*”.

Dessa forma, os parques lineares teriam funções ecológicas,

como melhorar a permeabilidade do solo e a drenagem urbana, auxiliar no controle da erosão, e proteger os cursos d'água, e também funções sociais, como atender as necessidades de lazer da população, melhorando a qualidade de vida dos habitantes de seu entorno.

Na tabela e no mapa apresentados a seguir, nota-se a concentração de parques junto à área urbana consolidada até 1999. A partir de 2000, os equipamentos passam a ser implantados sobretudo na periferia da cidade.

Número de parques públicos, segundo regiões e ano de inauguração.			
Região	Até 1999	A partir de 2000	Total
Centro	3	0	3
Sul 1	5	0	5
Sul 2	7	4	11
Norte 1	4	2	6
Norte 2	6	2	8
Oeste	8	3	11
Leste 1	2	6	8
Leste 2	4	5	9
TOTAL	39	22	61

Fonte: SVMA e SMA, 2008

Como dito anteriormente, significativa parte dos parques novos caracteriza-se por possuir dimensões modestas, verificando-se que 11 desses equipamentos têm área inferior a 50 mil m². O Parque Linear Ipiranguinha, implantado na subprefeitura de Aricanduva em 2007 com 10 mil m², e o Parque Victor Civita, localizado na subprefeitura de Pinheiros e inaugurado em 2008 com 14 mil m², são os menores parques da cidade. Nesse sentido, a aparente distribuição homogênea de tais equipamentos pelo município, onde as regiões Sul 2, Norte 2, Oeste, Leste 1 e Leste 2 possuem uma quantidade semelhante de parques, mascara as grandes diferenças em relação às áreas dessas unidades. No gráfico a seguir, observa-se que a soma das áreas de todos os parques implantados entre 2000 e 2008 é apenas pouco superior à área do Parque Ibirapuera.

Gráfico - Área dos parques municipais, segundo regiões e ano de implantação. Fonte: SVMA e SMA, 2008. Considerou-se a área do Parque Anhanguera, na zona Norte 2, equivalente a 800 mil m², área efetivamente aberta ao público dos 9,5 milhões totais.

Em relação ao programa dos parques, ainda que implantados de acordo com motivações distintas, ora fruto de loteamentos, ora segundo razões ambientais, nota-se a presença de instalações esportivas, tais como aparelhos de ginástica, pista de cooper, quadras poliesportivas e pista de skate, na maioria desses espaços.

3.2 As praças

“O programa de atividades da praça moderna brasileira evoluiu, a partir do programa contemplativo eclético, para novas formas de uso. A apropriação tradicional para o lazer contemplativo, passeio, apreciação da natureza e convivência permaneceu como a forma de utilização intrínseca e mais comum da praça; no entanto, novos programas voltados ao lazer esportivo e infantil passaram a ser propostos e muito bem aceitos”.³⁹

³⁹ ROBBA, MACEDO. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2005. p.96.

O levantamento de dados a respeito das praças municipais foi feito enfrentando-se grandes dificuldades. A gestão das praças é de responsabilidade das subprefeituras, e não há um cadastro unificado abrangendo a cidade como um todo. Verificou-se que, em vários casos, as próprias subprefeituras não possuíam informações atualizadas a respeito de tais equipamentos. Inúmeros contatos foram feitos, via *e-mail* e por telefone, aos vários setores administrativos de cada subprefeitura, entre os quais citamos os departamentos de Áreas Verdes, Cadastro, Manutenção e Limpeza, Projetos e Obras e Acessoria Técnica e de Comunicação, sem, no entanto, obter-se informações sobre o número de praças existentes em cada distrito, em especial aquelas equipadas para a prática esportiva.

Foram coletados dados a respeito de 17 subprefeituras, indicando-se a presença de cerca de 2 mil praças em tais áreas; porém, não foi possível precisar quantas dessas possuem equipamentos esportivos em seu interior e mesmo em quais condições as mesmas se encontram, podendo os espaços terem sido ocupados por outros equipamentos públicos, como unidades de saúde, ou por habitações irregulares. Segundo dado estimado pela Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, em 2008, havia cerca de 5,5 mil praças na cidade.

Face à dificuldade encontrada e à superficialidade dos dados obtidos, os quais por vezes resumiram-se a apenas um número total, sem o fornecimento do endereço das praças, foi adotado, no presente trabalho, o programa Centralidades Urbanas em Bairros como exemplo da utilização de tais equipamentos para a satisfação das necessidades

lúdico-esportivas da população.

O programa, popularmente conhecido como Centros de Bairro, criado em 2001 pela Prefeitura e efetivado pela Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), foi responsável pela implantação de vários equipamentos públicos de lazer tratados paisagisticamente em São Paulo. Seu objetivo principal era criar áreas de vizinhanças principalmente em regiões de baixa renda, através da instalação de equipamentos de cultura, lazer e esporte em espaços livres próximos às áreas com concentração de moradias e outros equipamentos públicos, tais como escolas, postos de saúde, mercados municipais e terminais de ônibus.

Na maioria das cerca de 50 praças abertas ou revitalizadas pelo programa, no que se refere ao lazer esportivo, os espaços foram equipados com bancos, mesa de jogos, playground, quadra poliesportiva, quadras de areia e pistas de skate. Em alguns projetos, foram construídos ainda pista de bicicross, equipamentos de ginástica, pista de cooper, parede de escalada e miniquadras para streetball. Além disso, áreas para passeio e descanso em meio a jardins arborizados eram elementos essenciais nos novos espaços.

A última praça implantada pelo projeto em estudo data do ano de 2004. Desde então, algumas unidades, apesar de terem exercido um impacto inicial positivo, uma vez que a população do entorno se apropriou intensamente de tais unidades, tiveram seu uso diminuído devido principalmente à dificuldade de manutenção por parte das subprefeituras.

Número de praças do programa Centros de Bairro segundo regiões	
Região	Número de praças
Centro	0
Sul 1	3
Sul 2	11
Norte 1	6
Norte 2	8
Oeste	2
Leste 1	3
Leste 2	16
TOTAL	49

Fonte: Sakata, 2004.

Praças do programa Centros de Bairro
 Fonte: Sakata, 2004.

A localização das praças dos Centros de Bairro, concentradas junto à periferia da cidade, pode ser considerada como uma tendência na distribuição de tais equipamentos em meio à malha urbana de São Paulo. Robba e Macedo (2002, p. 97), referindo-se às praças implantadas a partir da década de 1940, constataram que “*em áreas habitacionais, o programa [da praça] englobava, em geral, atividades de lazer ativo, principalmente recreação esportiva e infantil, e nas áreas centrais ou mais adensadas, os usos de circulação, lazer passivo e cultural predominaram*”. Dessa forma, considera-se que as praças têm sua importância aumentada quando situadas junto a áreas onde predomina a população de baixa renda, com maiores dificuldades para suprir suas necessidades de lazer na cidade.

3.3 As ruas

As ruas são responsáveis por grande parte do lazer ativo da população, especialmente na periferia da cidade, onde se concentram as classes sociais economicamente menos favorecidas e o fluxo de veículos automotores não é tão intenso como nas áreas consolidadas do município. Nesse sentido, o programa municipal Ruas de Lazer se destaca como responsável por assegurar a possibilidade de se interromper o trânsito de automóveis em ruas pré-determinadas, durante dias específicos, visando à utilização da rua como área de lazer.

O programa é de responsabilidade da SEME, em conjunto com as subprefeituras e com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), e caracteriza-se pela facilidade de implementação e pela participação ativa da população. As Ruas de Lazer (RLs) são determinadas não pela Prefeitura, mas pelos próprios moradores interessados, mediante um abaixo-assinado representando 70% das residências, ou seja, a escolha das Ruas de Lazer é feita em decorrência de uma demanda espontânea da população, fato que aumenta o valor social das mesmas.

No local não pode haver igrejas, hospitais, prontos-socorros, estacionamentos, feiras livres e pontos de ônibus ou táxi. O morador

responsável pela Rua de Lazer recebe cavaletes e fitas PVC para obstruir o tráfego na via aos domingos e feriados, das 8h às 17 h, além de um kit com materiais esportivos que visam proporcionar o bom andamento das atividades recreativas, contendo bolas de futsal, minitraves de futebol, coletes para a diferenciação das equipes, jogo de damas, pega-varetas e dominó, latas de tinta com pincéis para pintar a rua, bolas e rede de voleibol, bola de basquete com tabela mirim, apitos de árbitro, bolas de gude, peteca, kit de frescobol, e jogo de taco.

Existiam ao final de 2008 cerca de 770 Ruas de Lazer na cidade, concentradas, sobretudo, nas zonas leste e sul do município. Quase 37% das RLs do município estão na zona leste 2, demonstrando a grande carência de locais para o desenvolvimento de atividades de esporte e lazer na região. A estimativa é que o programa beneficie 50 pessoas por rua, totalizando aproximadamente 38.500 paulistanos.

Número de Ruas de Lazer segundo regiões	
Região	Número de Ruas de Lazer
Centro	5
Sul 1	33
Sul 2	178
Norte 1	33
Norte 2	115
Oeste	23
Leste 1	95
Leste 2	281
TOTAL	763

Fonte: SEME, 2008

Por ser um programa onde a população tem papel fundamental uma vez que é a responsável por solicitar à Prefeitura a implantação da Rua de Lazer, o aumento considerável do número de locais atendidos explicita a também crescente necessidade de espaços para a prática esportiva em meio urbano, sobretudo em áreas mais carentes da cidade onde os grandes equipamentos para esse fim são escassos.

Ruas de Lazer segundo regiões.

Fonte: SEME, 2008. Elaboração da autora.

O Viaduto Presidente Arthur da Costa e Silva, popularmente conhecido como Minhocão, no centro da cidade, não faz parte do programa Ruas de Lazer mas também possui um funcionamento diferenciado, sendo o tráfego de veículos permitido apenas de segunda a sexta-feira, das 6h30 às 21h. Aos sábados, domingos e feriados, o viaduto é frequentado por paulistanos que nele desenvolvem atividades lúdico-esportivas, como andar de bicicleta, caminhar ou passear com animais de estimação.

Outro momento em que o trânsito de veículos automotores é substituído por atividades de lazer da população é durante a realização de provas pedestres, ou corridas de rua, como são mais conhecidas. Segundo a edição de novembro de 2008 da revista internacional especializada em corridas Runner's World, 4,5 milhões de brasileiros praticavam tal atividade pelo menos duas vezes por semana, naquele ano.

As corridas de rua, cujo exemplo máximo é a tradicional Corrida de São Silvestre, que em 2008 teve cerca de 20 mil inscritos em sua 84ª edição, popularizaram-se nos últimos anos por ser uma prática que dispensa altos investimentos. Através dos números da Federação Paulista de Atletismo (FPA), é possível ter uma clara noção do crescimento dessa modalidade nos últimos 8 anos.

Evolução do número de provas e participantes de corridas de rua por ano		
Ano	Provas	Participantes
2001	11	6000
2002	17	11000
2003	34	15000
2004	107	140000
2005	166	212000
2006	178	261000
2007	195	285000
2008	231	300000

Fonte: FPA, 2008.

Apesar de a maior parte desses eventos ser organizada por entidades especializadas, as quais condicionam a participação dos corredores ao pagamento de uma taxa de inscrição, a Prefeitura

organizou, ao longo de 2008, o Circuito Corridas de Rua das Subprefeituras, promovendo provas pedestres gratuitas. O circuito foi realizado através de 20 etapas, todas na periferia, com o objetivo de possibilitar o acesso da população residente em tais áreas às corridas, até então concentradas principalmente nas regiões nobres da cidade.

Em 2009, a iniciativa da Prefeitura será mantida, sendo que em janeiro estavam planejadas 19 das 20 etapas, a serem realizadas nas seguintes subprefeituras: Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Itaim Paulista, Mooca, São Mateus, São Miguel e Vila Prudente, na zona leste; Casa Verde, Freguesia do Ó, Jaçanã, Perus e Vila Maria, na zona norte; e Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, Jabaquara, M´Boi Mirim e Parelheiros, na zona sul.

XII Troféu Cidade de São Paulo, realizado no dia 25/01/2009, na região do Parque Ibirapuera, com a participação de aproximadamente 8 mil corredores.

Merecem destaque também a Av. Sumaré, na zona oeste, e a Av. General Edgar Facó, na zona norte, ambas exemplos de logradouros que apresentam um tratamento diferenciado em relação ao canteiro central da via. Ciclovias e equipamentos de ginástica, como barras para alongamento, são encontrados ao longo da extensão dos canteiros, transformando tais áreas em local de lazer ativo da população residente no entorno das avenidas durante toda a semana.

3.4 As represas

São Paulo possui 2 represas localizadas na região sul da cidade: Represa Guarapiranga, no sudoeste, e Represa Billings, no sudeste.

Ambas tiveram vocação para serem locais de lazer da população desde que foram criadas, no início do século XX.; porém, com a poluição que tomou conta das águas a partir da década de 1950, as represas foram parcialmente degradadas e as práticas recreativas junto a tais espaços diminuíram consideravelmente.

Diante dessa situação, em meados da década de 2000, a Prefeitura e o Governo do Estado formaram uma parceria e lançaram a Operação Defesa das Águas, projeto que objetivava recuperar e preservar as áreas de mananciais do município. Nesse sentido, os espaços livres marginais das represas passaram a ser disponibilizados para a implantação de equipamentos que, além de impedirem a ocupação indevida das áreas por habitações irregulares, ofereceriam também opções para a realização das atividades de lazer da população.

Assim, em maio de 2007, a Prefeitura anunciou a implantação de 5 parques lineares na orla da Represa de Guarapiranga, alvo principal da operação em questão. Uma ciclovia de 12 km de extensão ligando os parques também foi proposta, e estava em construção ao final de 2008. No início de 2009 já se encontrava inaugurado o Parque São José.

A seguir, os parques a serem implantados e seus principais equipamentos esportivos previstos.

Nome	Área (m ²)	Equipamentos
Praia do Sol	170 mil	Playgrounds, quadras esportivas, ciclovia e quiosques
Parque da Barragem	305 mil	Ciclovia, pista caminhada, 2 campos de futebol, 2 quadras de areia, playground
Parque do Castelo	103 mil	Pista de caminhada, área para pesca
Parque São José	95 mil	Ciclovia, pista de caminhada, 2 quadras de areia, playground
Parque Nove de Julho	537 mil	Ciclovia, pista de caminhada, 6 quadras poliesportivas, campo de futebol. Contará ainda com uma praia artificial, a Praia da Capela, com 1,1 km de extensão e 35 mil m ² de lâmina d'água com profundidade de até 1,4 m.

Fonte: PMSP, 2008

Ainda de acordo com os objetivos da Operação Defesa das Águas, foi inaugurada a Arena de Esportes Guarapiranga em março de 2008, localizada na altura do número 3.100 da Av. Robert Kennedy, e projetada para sediar atividades voltadas aos esportes de areia, tais como o vôlei de praia e futebol de areia.

Abaixo, a represa Guarapiranga e suas margens ocupadas por clubes particulares e, futuramente, parques públicos.

Fonte: Google Earth, 2008.

3.5 As Ciclovias

Até o início dos anos 2000, a maioria das ciclovias da cidade encontrava-se dentro dos parques públicos, priorizando-se seu uso como opção de lazer dos paulistanos. Dos 21,7 km de ciclovias existentes naquele momento, apenas 2,7 km representavam espaços inseridos na malha urbana, localizados nos canteiros centrais das Av. Faria Lima e Av. Sumaré.⁴⁰

Em meados de 2006, foi criado o Grupo Executivo Pró-Ciclista, reunindo 5 secretarias municipais, a São Paulo Transporte S/A (SPTrans) e CET, com o objetivo de incentivar o uso da bicicleta na cidade de São Paulo. Notou-se, então, uma mudança na postura da Prefeitura em relação ao uso da bicicleta, a qual passou a ser vista não apenas como forma de lazer, mas, sobretudo, como meio de transporte dos munícipes.

O grupo foi responsável pela criação do Sistema Ciclovitário do Município de São Paulo em 2007, sob forma da Lei Nº 14266/07. Tal documento estabelece ações como a implantação de ciclovias e ciclofaixas fora dos parques urbanos, a criação de locais específicos para o estacionamento de bicicletas, e a permissão do transporte de bicicletas no metrô e nos trens, em vagões e horários específicos.

Desde então, foi implantada uma ciclovie de 1,8 km junto à Estrada da Colônia, em Parelheiros, e foram iniciadas as obras em mais 2 locais: na zona norte, ao longo de 7 km no canteiro central da Av. Inajar de Souza, e na zona leste, ao lado da linha metroviária e da Radial Leste. Em relação às obras na zona leste, o Projeto Caminho Verde lançado em 2007 objetivou a implantação de 12 km de ciclovie e melhorias no paisagismo na área adjacente à Linha 3 do metrô, entre as paradas do Tatuapé e Corinthians-Itaquera. Do total, cerca de 4 km estavam finalizados em dezembro de 2008.

Além dessas medidas, foram lançados dois projetos ciclovitários para a cidade, os quais, caso sejam integralmente implantados, adicionarão mais 27 km de ciclovias à cidade. O Projeto Ciclovitário do Butantã, lançado em setembro de 2007, propunha a criação do que seria a maior ciclovie do município, com 15 km de extensão ao longo

⁴⁰ De acordo com dados apresentados pelo jornal O Estado de São Paulo, 27/7/2008, Cidades, página C3.

das Av. Eliseu de Almeida e Jorge João Saad, facilitando o acesso dos estudantes ao campus da USP. O projeto indica ainda a construção de uma passarela para ciclistas e pedestres na Ponte Cidade Universitária. Com conclusão prevista para 2010, no início de 2009 o plano ainda não havia saído do papel. O Projeto Ciclovitário da Capela do Socorro, por sua vez, foi iniciado em novembro de 2008, quando as obras de 3 km da ciclovias propostas foram licitadas. Ao todo, a ciclovias contará com 12 km, situados na orla da Represa Guarapiranga.

A seguir, o mapa publicado no jornal O Estado de São Paulo em julho de 2008, com as ciclovias da cidade.

3.6 Os Centros Esportivos

O município contava, ao final de 2008, com quase 500 centros esportivos públicos, caracterizados como locais voltados à promoção do esporte, seja no âmbito escolar, recreativo ou de rendimento.

Apesar da variedade de tipologias, que abrangem desde um simples campo de futebol com sanitários, a grandes complexos esportivos com capacidade de sediar eventos internacionais, os centros esportivos apresentados a seguir possuem como característica comum a presença de áreas para o desenvolvimento de atividades esportivas ao ar livre, sejam elas quadras, campos, piscinas ou pistas de corrida.

3.6.1 As unidades estaduais

A Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Turismo (SELT) é responsável por 4 complexos esportivos na cidade de São Paulo, a saber: Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães, Conjunto Desportivo Baby Barioni, Vila Olímpica Mário Covas e Parque da Juventude (Parque Esportivo).

Todos são equipamentos de grande porte, com capacidade de atendimento em larga escala. À exceção da Vila Olímpica, localizada na zona oeste da cidade, as demais unidades concentram-se próximas às áreas centrais, dentro de um raio de 10 km em relação à Sé. O acesso aos equipamentos é facilitado tanto pelo transporte individual, em razão das grandes avenidas que circundam os centros, como pelo transporte coletivo, representado pelas linhas de ônibus que circulam por essas mesmas avenidas e por linhas de metrô.

Subprefeitura	Distrito	Unidade	Endereço
Lapa	Barra Funda	Baby Barioni	Rua Germaine Burchard, 451
Vila Mariana	Moema	Constâncio Vaz Guimarães	Rua Manoel da Nóbrega, 1361
Butantã	Raposo Tavares	Vila Olímpica Mário Covas	Rodovia Raposo Tavares, km 19,5
Santana	Santana	Parque da Juventude (Parque Esportivo)	Av. Zaki Narchi, nº 1309

Fonte: SELT, 2008.

O Conjunto Constâncio Vaz Guimarães e o Conjunto Baby Barioni, inaugurados em 1957 e 1945, respectivamente, foram criados com a intenção de incrementar o esporte de alto rendimento nacional, formando atletas e sediando competições. Por outro lado, uma

clara mudança foi percebida nos programas das unidades estaduais mais recentes, datadas de 2003 (Parque da Juventude) e 2005 (Vila Olímpica). O esporte voltado para a competição deixou de ser a motivação principal, dando lugar à prática de esportes como forma de lazer, manutenção da saúde e inclusão social.

Tal diferença pode ser verificada no projeto das unidades: nos conjuntos desportivos voltados para o esporte rendimento eram necessárias instalações específicas, as quais deveriam estar de acordo com normas e dimensões rígidas, ao passo que nas unidades mais recentes, houve uma flexibilidade maior das instalações e a valorização de espaços livres e multifuncionais.

A primeira unidade esportiva estadual foi o Conjunto Desportivo Baby Barioni. Ao ser inaugurada em 1945, chamava-se Complexo Olímpico Água Branca, o que deixa claro os objetivos que motivaram sua criação: formar, treinar e aperfeiçoar atletas de alto nível, e sediar competições. Em uma área de 21.706 m², conta com 1 ginásio poliesportivo, 1 quadra poliesportiva descoberta, 1 piscina semiolímpica aquecida e coberta, 2 piscinas descobertas, academia de musculação, salas diversas para a realização de jogos, ginástica, lutas e leitura, e alojamento para atletas. Atualmente, incentiva não apenas o esporte de rendimento, mas também proporciona cursos voltados à recreação esportiva da população.

O Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães, por sua vez, foi inaugurado no aniversário da cidade de 1957, e com cerca de 95 mil m², é um dos maiores e mais equipados complexos desportivos da América Latina, sediando inúmeros eventos esportivos, culturais e de lazer. Fazem parte de suas instalações o Ginásio Geraldo José de Almeida, conhecido popularmente como Ginásio do Ibirapuera, o Ginásio Poliesportivo Mauro Pinheiro, o Palácio do Judô, o alojamento, as salas de condicionamento físico e a sala de arco e flecha. Além disso, o complexo conta com inúmeras instalações ao ar livre, como o Estádio Ícaro de Castro Mello, o Conjunto Aquático Caio Pompeu de Toledo – composto por 6 piscinas e 1 tanque de saltos, 1 pequena pista de corrida, 3 quadras oficiais de tênis e 2 quadras poliesportivas. Assim como o Conjunto Baby Barioni, oferece cursos esportivos à comunidade, e

abre ao uso público as quadras poliesportivas descobertas durante os finais de semana.

O Parque da Juventude, implantado em diferentes etapas a partir de 2003, tem como objetivo proporcionar aos paulistanos uma nova opção de local de lazer, onde antes se encontrava a Casa de Detenção Carandiru. A área de 240 mil m² foi dividida em 3 setores, de acordo com o caráter de cada área. O Parque Central prioriza o lazer contemplativo, em uma área de 95 mil m² com jardins e bosques naturais; o Parque Institucional objetiva o oferecimento de cursos e programas culturais em uma área de 110 mil m² destinada a equipamentos como biblioteca, teatro e escola técnica. O espaço mais significativo para esse trabalho, contudo, é o Parque Esportivo: inaugurado em 2003, em seus 35 mil m² estão 8 quadras poliesportivas, 2 quadras de tênis, pista de skate, áreas de descanso, vestiários, e parte da pista para caminhada e atividade física. Diversas atividades são oferecidas gratuitamente à população, tais como o Projeto Skate no Parque e o Esporte Inclusão, através do qual são ministradas aulas de tênis, vôlei, futsal, basquete, handebol, taekwondo, alongamento e ginástica.

Em relação à Vila Olímpica Mário Covas, último equipamento esportivo implantado parcialmente pelo Governo Estadual em 2005, verifica-se a conciliação entre o estímulo ao esporte competitivo e ao esporte de lazer. Assim, a Vila tem como objetivos a iniciação e treinamento de esportistas, bem como o atendimento das necessidades de lazer da população, através da realização de aulas gratuitas de diversas modalidades esportivas para a comunidade. Até meados de 2008, o terreno de 342 mil m², com apenas 12 mil m² de área construída, contava com 7 quadras, sendo 5 poliesportivas e 2 de tênis, edifício para administração, áreas para tênis de mesa, artes marciais e circo, e pista de bicicross. Estão previstas ainda a construção de campos de futebol e pista de atletismo. A Vila possui ainda uma grande área verde em seu interior, bastante frequentada pela população local aos finais de semana.

Equipamentos esportivos estaduais segundo regiões.

Fonte: SELT, 2008. Elaboração da autora.

Parque da Juventude
Fonte: Arcoweb, 2008

Conjunto Desportivo
Constância Vaz Guimarães
Fonte: Google Earth, 2008

3.6.2 As unidades municipais especiais

As unidades municipais especiais são aquelas administradas diretamente pela SEME, diferenciando-se das demais, que são de responsabilidade das subprefeituras. Assim como os equipamentos estaduais, os complexos mais antigos priorizam o esporte voltado para competições, em contraste com os novos espaços, que estimulam o esporte de participação.

Também a exemplo das unidades administradas pelo Governo do Estado, as instalações municipais especiais localizam-se, prioritariamente, nas áreas centrais da cidade. Nas regiões mais afastadas do centro encontram-se os equipamentos que foram passados em 2008 à administração da SEME, como o Parque Esportivo do Trabalhador,

antigo Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador (CERET), na zona leste e o Centro Esportivo do Desporto Educacional na zona norte, espaço gerenciado pela Federação Universitária Paulista de Esportes até meados dos anos 2000.

Subprefeitura	Distrito	Unidade	Endereço
Sé	Consolação	Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho (Pacaembu)	Praça Charles Muller, s/Nº
Sé	Bom Retiro	Estádio Municipal de Beisebol Mie Nishi	Av. Presidente Castelo Branco, 5446
Sé	Liberdade	Estádio Municipal Jack Marin	Rua Muniz de Souza, 1119
Vila Mariana	Moema	Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP)	Av. Ibirapuera, 1315
Vila Mariana	Moema	Parque das Bicicletas	Alameda Iraé, 35
Aricanduva	Vila Formosa	Parque Esportivo do Trabalhador (PET)	R. Canuto de Abreu, s/n
Santana/Tucuruvi	Santana	Centro Esportivo do Desporto Educacional (CEDE)	Av. Zaki Narchi
Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	Vila Olímpica Leste	Av. dos Metalúrgicos, altura do No. 2000
Capela do Socorro	Cidade Dutra	Autódromo José Carlos Pacce	Av. Sen. Teotônio Vilela, 261

Fonte: SEME, 2008

Inaugurado em 1940, o Estádio e Complexo Esportivo do Pacaembu possui uma área de 75.600 m², onde estão implantados o Ginásio Kid Jofre, o Estádio Paulo Machado de Carvalho, piscina olímpica, ginásio de tênis de saibro, quadra externa de tênis, quadra poliesportiva externa, pista de cooper, salas de ginástica e posto médico. Dentre as atividades oferecidas aos paulistanos estão basquete, condicionamento físico, alongamento, dança do ventre, futsal, ginásticas localizada, postural e preventiva, ioga, natação e voleibol.

O Estádio de Beisebol Mie Nishi, conhecido também como Estádio Municipal de Beisebol Bom Retiro por localizar-se no distrito de mesmo nome, além de abranger a prática das modalidades beisebol e softbol praticadas nos 50.000 m² de área total, também possui locais para aulas de ginástica. Inaugurado em 21 de junho de 1958 pelo então Prefeito da cidade durante as comemorações do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil, o estádio sediou importantes competições internacionais, como os Jogos Pan-americanos de 1963 e os Jogos Sul-americanos de 2002.

Fundado em meados da década de 1970 de acordo com o pensamento da época, o Estádio Municipal da Aclimação Jack Marin busca a integração entre crianças e jovens na sociedade através do

futebol. Em uma área de 13 mil m², abriga 1 campo de futebol, 2 quadras poliesportivas e salas de uso múltiplo, nos quais são oferecidas diversas atividades como alongamento, escolinha de futebol, vôlei, ginástica, ioga e palestras para a comunidade.

O Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP) foi criado no final dos anos 1970 com objetivo de estimular o surgimento de novos talentos nas diversas modalidades esportivas. Voltado para o chamado esporte de rendimento, o centro recebe atletas por indicação dos clubes da prefeitura, clubes particulares, escolas municipais, ou por iniciativa própria com a intenção de torná-los atletas profissionais. Em uma área aproximada de 60 mil m², dos quais 50 mil são espaços livres, encontram-se quadras poliesportivas, piscina olímpica, área para a prática do judô, salão de ginástica olímpica, alojamentos, sala de balé, auditório, campo de futebol, pista de atletismo, academia de boxe, sala de musculação e campo de futebol society.

O Parque das Bicicletas, instalado numa área de 20 mil m² adjacente ao COTP, foi inaugurado em 2000 com o propósito de atender as necessidades de lazer da população em relação a modalidades específicas. Em 1988, a União Brasileira de Skate solicitou a construção de uma pista para a prática de tal esporte no Parque Ibirapuera. O pedido foi negado pela Prefeitura, a qual autorizou, contudo, a implantação de tal equipamento na área, desocupada até aquele momento, ao lado do Centro Olímpico. Assim, estabeleceu-se a vocação esportiva da área, que atualmente, além do espaço destinado ao skate e ao patins, possui também pistas para corrida, caminhada e ciclismo.

Após a criação do Parque das Bicicletas, a prefeitura não construiu nenhum novo equipamento do tipo especial; porém, em 2008, dois espaços esportivos existentes na cidade passaram a ser administradas pela SEME e um terceiro local está em fase de planejamento.

Por apresentar irregularidades na sua gestão, a área do Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador (CERET), inaugurado em 1975 como um centro destinado à valorização do trabalhador e sua formação integral, foi transferida à Prefeitura Municipal, que incumbiu à SEME a sua administração. A partir de então, o local passou a se

chamar Parque Esportivo do Trabalhador (PET) e a representar o maior complexo esportivo da capital administrado pela Prefeitura, com 286 mil m². Cerca de 80% da área é constituída de bosques; o PET possui também 3 campos de futebol, pista de atletismo, 8 quadras de futsal, 4 quadras de basquete, 4 quadras de tênis, 2 canchas de bocha, 1 ginásio poliesportivo, parque aquático com 4 piscinas, área de churrasco e 3 playgrounds.

Igualmente por problemas administrativos, o terreno da Federação Universitária Paulista de Esportes localizado na Av. Zaki Narchi, zona norte da cidade, foi transferido para a SEME em abril de 2008. A área foi batizada de Centro Esportivo do Desporto Educacional (CEDE) e sua gestão passou a ser feita através de uma parceria entre a Secretaria de Esportes e a Associação Brasileira de Desporto Educacional (ABRADE). No espaço de 30 mil m² estão instalados 3 ginásios cobertos, 2 quadras poliesportivas, 2 quadras de tênis e 1 campo de futebol, que, ao final de 2008, estavam em reformas.

Em agosto de 2008, após quase uma década sem investir na construção de novos equipamentos esportivos municipais, a Prefeitura anunciou a implantação da Vila Olímpica Leste, na Cidade Tiradentes, extremo leste de São Paulo. O intuito da Vila será revelar talentos e oferecer treinamento aos atletas de alto nível. A área de 376 mil m² será equipada com pista de atletismo, 8 quadras poliesportivas, 2 pistas de skate, 2 campos de futebol, 3 campos de futebol society, 4 quadras de peteca, ciclovia, salas de musculação e ginástica, telecentro, playground e piscina olímpica. O terreno, pertencente à Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), será desapropriado pela Prefeitura e cedido à SEME. A intenção da Prefeitura é futuramente construir mais 2 vilas, uma na zona sul e outra na zona norte da cidade.

Apesar de não ser administrado diretamente pela SEME desde abril de 2005, quando passou a ser gerido pela São Paulo Turismo S/A, órgão oficial de turismo da cidade, o Autódromo Municipal José Carlos Pace também é considerado um equipamento especial pela Prefeitura. O Autódromo de Interlagos, como é conhecido, possui uma área de 615.600 m², onde além da pista de corridas automotivas

Equipamentos municipais especiais segundo regiões.

Fonte: SEME, 2008. Elaboração da autora.

e do kartódromo, encontra-se o Parque Interlagos, local onde são oferecidas atividades como alongamento, basquete, caminhada, dança contemporânea, futsal, ginástica localizada e voleibol.

COTP e Parque das Bicicletas (à direita)
Fonte: Arquivo Quapá
- FAUUSP

3.6.3 Os Clubes da Cidade (CCs)

Os Clubes da Cidade são unidades esportivas municipais de médio porte administradas pelas subprefeituras. Há 40 equipamentos desse tipo em todo o município, verificando-se uma boa distribuição dos mesmos pelo território, de acordo com a tabela a seguir:

Número de CCs segundo regiões	
Região	Número de CCs
Centro	2
Sul 1	5
Sul 2	4
Norte 1	5
Norte 2	5
Oeste	4
Leste 1	7
Leste 2	8
TOTAL	40

Fonte: SEME, 2008

Clubes da Cidade segundo regiões.

Fonte: SEME, 2008. Elaboração da autora.

O programa das unidades é bastante variado, uma vez que os Clubes da Cidade passaram a designar, a partir de 2002, 4 outras tipologias existentes à época, a saber: Centros Educacionais e Esportivos (CEEs), Centros de Esporte e Lazer (CELs), Balneários e Minibalneários.

Assim, os CCs originados dos CEEs possuem as maiores áreas dentre as demais tipologias, podendo contar com um programa composto por sede administrativa, ginásio esportivo, piscinas, campo de futebol, quadras externas, salão de ginástica e canchas de bocha. Inicialmente construídos com intenções competitivas e de treinamento de atletas, os CEEs passaram por várias reformas ao longo da década de 1970, para atender as necessidades recreativas e de lazer da comunidade.

Em relação aos antigos CELs, seu programa consiste em ginásio esportivo, campo de futebol e quadra externa. Nenhuma dessas unidades possui piscina; a promoção dos esportes aquáticos coube aos antigos Balneários e Minibalneários. A diferença entre esses 2 últimos tipos é a presença de quadras externas no Balneário, sendo que ambas as unidades possuem piscinas e vestiários.

3.6.4 Os Clubes da Comunidade (CDCs)

Os Clubes da Comunidade são os antigos Clubes Desportivos Municipais (CDMs). Caracterizam-se por serem áreas da Prefeitura equipadas para a prática esportiva, administradas por organizações como associações de bairros ou entidades comunitárias, sob supervisão da SEME. São unidades de pequeno porte, atendendo a comunidade residente no entorno do clube.

O Decreto N° 46.425/05, dispõe sobre o programa básico do CDC, determinando que *“cada Clube da Comunidade deverá contar com a seguinte estrutura mínima: I - um equipamento esportivo; II – um vestiário e sanitário masculino; III - um vestiário e sanitário feminino; IV – uma área coberta para atividades socioculturais; V – uma área de recreação infantil; VI – estar devidamente cercado”*.

Clubes da Comunidade segundo regiões.

Fonte: SEME, 2008. Elaboração da autora.

As 205 unidades existentes no município em 2008 concentravam-se nas áreas mais pobres da cidade, isto é, nas zonas leste, sul 2 e norte 2. Nas regiões próximas ao centro, o número de equipamentos era reduzido, seguindo-se a tendência de distribuição verificada no estudo das Ruas de Lazer, apresentado anteriormente.

Número de CDCs segundo regiões	
Região	Número de CDCs
Centro	3
Sul 1	16
Sul 2	42
Norte 1	10
Norte 2	32
Oeste	20
Leste 1	41
Leste 2	41
TOTAL	205

Fonte: SEME, 2008

3.6.5 Os equipamentos esportivos em sistema de rodízio (EESRs)

Assim como os Clubes da Comunidade, os equipamentos em sistema de rodízio são gerenciados por organizações da sociedade civil; contudo, como mais de um grupo se dispõe a administrar o local, é feito um rodízio supervisionado pela SEME. A simplicidade e a área modesta das instalações facilitam sua manutenção pelos próprios usuários e associações e entidades administradoras.

O programa básico da unidade resume-se ao equipamento esportivo propriamente dito, como campos de futebol, quadras esportivas e canchas de malha e bocha, acompanhado de uma pequena sede administrativa com sanitários. Os equipamentos em sistema de rodízio, ao lado das Ruas de Lazer e Clubes da Comunidade, completam o grupo de instalações esportivas municipais de pequeno porte, sendo características comuns às 3 tipologias, o número elevado de unidades e a concentração junto às áreas periféricas da cidade.

Equipamentos esportivos em sistema de rodízio segundo regiões.

Fonte: SEME, 2008. Elaboração da autora.

Número de EESRs por regiões	
Região	Número de EESRs
Centro	2
Sul 1	4
Sul 2	61
Norte 1	5
Norte 2	9
Oeste	12
Leste 1	32
Leste 2	73
TOTAL	198

Fonte: SEME, 2008.

3.7 As Unidades Educacionais

As unidades educacionais figuram como importantes equipamentos de lazer da população, possuindo instalações para a realização de práticas esportivas que muitas vezes são utilizadas fora do horário escolar, atendendo não apenas os alunos, mas também seus familiares e a população residente no entorno da escola. Segundo dados apresentados pelo IBGE em 2006, referentes à Pesquisa de Informações Básicas Municipais sobre o Esporte em São Paulo⁴¹, a cidade contava, em dezembro de 2003, com 1.216 escolas municipais, sendo que dessas, 628 possuíam instalações esportivas. Além das escolas, as faculdades e universidades proporcionam áreas para a recreação dos paulistanos. O campus da Universidade de São Paulo, na zona oeste da cidade, é um significativo espaço de lazer utilizado pela população em geral, sobretudo aos finais de semana, quando a Cidade Universitária é tomada por corredores e ciclistas que percorrem a área superior a 4 milhões de metros quadrados, dos quais somente cerca de 740 mil são de área construída⁴².

Merecem destaque, principalmente, os Centros Educacionais Unificados (CEUs), complexos educacionais, esportivos e culturais que desde 2003 atendem parte das necessidades de lazer da população, principalmente nas áreas periféricas do município. Como foi abordado

⁴¹ Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Esporte 2003 – IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – São Paulo, São Paulo.

⁴² Segundo o site da Prefeitura do Campus Universitário Armando de Salles Oliveira, sua área é de 4.173.644,00 m², sendo 741.615,12 m² de área construída, 354.651 m² de área de preservação permanente, 36.933,53 m² de áreas verdes com equipamentos esportivos, e 1.300.000 m² de área verde livre, ajardinada e de preservação.

no Capítulo 2 desse trabalho, desde meados da década de 1990, não foram construídos equipamentos municipais de médio porte voltados para o esporte, sendo as reformas priorizadas em relação à criação de novas unidades. Dessa maneira, os CEUs, por possuírem em seu programa um considerável número de instalações esportivas, tais como piscinas, quadras esportivas e pistas de skate, cumprem o papel exercido pelos clubes esportivos de médio porte implantados até 1995.

Até o final de 2008, a cidade de São Paulo contava com 41 CEUs inaugurados e em funcionamento, além de mais 4 unidades em construção. Tais centros são mantidos pela Prefeitura de São Paulo e vinculados à Secretaria Municipal da Educação (SME). De acordo com o Regimento Padrão dos CEUs (Portaria Nº 4672/06 – SME), o CEU tem por objetivos: “I) *oferecer às crianças, adolescentes e adultos a oportunidade de frequentarem um espaço criativo de construção de conhecimento; II) ser um pólo de incentivo ao desenvolvimento educacional, cultural e esportivo da comunidade; III) ser um pólo de experiências educacionais inovadoras; IV) ser um centro de promoção da equidade social de seus usuários.*”

A primeira unidade foi o CEU Jambeiro, inaugurado em agosto de 2003, no distrito de Lajeado, zona leste do município. Desde então, os equipamentos encontram-se concentrados nas regiões Sul 2 e Leste 2, sobretudo nas subprefeituras mais periféricas como Campo Limpo, M’Boi Mirim, Capela do Socorro, São Miguel, Itaim Paulista, São Mateus e Cidade Tiradentes.

Número de CEUs por regiões	
Região	Número de CEUs
Centro	0
Sul 1	2
Sul 2	14
Norte 1	1
Norte 2	6
Oeste	1
Leste 1	4
Leste 2	13
TOTAL	41

Fonte: SME, 2008.

Centros Educacionais Unificados segundo regiões.

Fonte: SME, 2008. Elaboração da autora.

CEU Jambeiro
Fonte: Site Vitruvius, 2008

Os CEUs tem em média 12 mil m² de área construída, situando-se em terrenos com cerca de 30 mil m². Os centros são constituídos pelos seguintes equipamentos principais: Centro de Educação Infantil (CEI), Escola de Educação Infantil (EMEI), Escola de Ensino Fundamental (EMEF), teatro, telecentro, centro comunitário, biblioteca, piscinas semiolímpica e de recreação, quadra poliesportiva (ginásio coberto), esquina de skate e salão de ginástica e dança. Nas unidades maiores, há também um campo de futebol e uma quadra poliesportiva descoberta.

Durante a semana, de terça à sexta-feira, são oferecidas atividades esportivas com participação condicionada à inscrição prévia. Nos finais de semana, as instalações são utilizadas para recreação livre, atendendo toda a comunidade local, sempre com o acompanhamento de monitores de esporte e lazer. Segundo os coordenadores das unidades, cada CEU atende, em média, cerca de 25 mil pessoas por semana.

4. O sistema de espaços livres esportivos da cidade de São Paulo

⁴³ HIJIOKA, Akemi et al. op
cit. p.121.

⁴⁴ LA CORTE, Carlos de. *As instalações públicas esportivas municipais da cidade de São Paulo: arquitetura, administração e planejamento*, 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1999.p.361.

Retomando o conceito apresentado no Capítulo 2, temos que “o sistema de espaços livres de uma cidade é o conjunto de todos os espaços livres de edificação existentes na malha urbana, sua distribuição, suas interrelações funcionais e hierárquicas”⁴³. Dessa maneira, uma vez apresentados os elementos do sistema no capítulo anterior, é necessário entender como eles se relacionam entre si e com os demais espaços da cidade. Segundo La Corte (1999, p. 361):

“A integração do sistema esportivo com outros sistemas existentes dentro da cidade também é ponto fundamental para o sucesso da prática das atividades neste setor [...] A implantação e a arquitetura de uma instalação esportiva requerem maiores estudos do que apenas a opção por uma área ociosa ou vazia no tecido urbano”. ⁴⁴

4.1 A relação público – privado

Os aspectos socioeconômicos, em especial a renda, exercem influência direta na demanda por espaços livres públicos voltados para o esporte na cidade. Considera-se que a população pertencente às classes sociais mais abastadas usufrui de uma maior variedade de opções no tocante às suas atividades de lazer, podendo deslocar-se com maior facilidade para outras áreas, internas ou externas ao município, a fim de satisfazer suas necessidades esportivo-recreativas. Além disso, tais indivíduos podem arcar com os custos de academias ou clubes particulares, bem como residir em condomínios plenamente equipados para o lazer dos moradores.

Dessa forma, o conhecimento da distribuição da população segundo suas condições socioeconômicas faz-se essencial para compreender o funcionamento do sistema de espaços livres esportivos paulistano.

Os mapas apresentados a seguir ilustram as condições de inclusão/exclusão social da população, bem como a densidade demográfica dos distritos. De acordo com esses mapeamentos, as regiões oeste, centro e sul 1 são as que concentram a maior parte da

população de alta renda, enquanto a periferia da cidade, sobretudo nas regiões leste 2 e sul 2, caracteriza-se pelo alto grau de exclusão social e pelo baixo poder aquisitivo dos seus moradores. Logo, pode-se dizer que a demanda por espaços livres públicos voltados para o esporte é maior nas áreas periféricas da cidade. Ressalta-se que, além da concentração de famílias de baixa renda, a zona leste 2 possui alta densidade demográfica, o que aumenta a importância dos equipamentos de lazer esportivo na área.

Mapa da Inclusão/Exclusão Social
Fonte: PMSP/SEMPA, 2002.

Densidade demográfica segundo distritos
Fonte: PMSP/SEMPA, 2000.

4.1.1 Os equipamentos particulares

Existem em 2009 inúmeros equipamentos esportivos particulares na cidade de São Paulo, estando os mesmos à disposição daqueles que possuem condições financeiras para arcar com as taxas cobradas sua utilização. Dessa forma, os clubes e academias particulares concentram-se próximos às áreas centrais da cidade, sobretudo nas zonas oeste e sul 1, onde também se encontra concentrada a população de maior renda do município.

Mesmo que, de acordo com os dados do Sindicato dos Clubes Esportivos do Estado de São Paulo (Sindiclube), os cerca de 60 clubes

tenham perdido aproximadamente 25% de seus associados entre 1996 e 2007, em razão da concorrência com as academias de ginástica e com os condomínios residenciais equipados para as práticas esportivas, uma parcela restrita da população continua a utilizar tais equipamentos para seu lazer, através do pagamento de taxas que podem ultrapassar a quantia de 100 mil reais. Como exemplo, podemos citar o Club Athletico Paulistano, um dos mais restritivos da cidade, onde, além do título de sócio do clube no valor de 2,5 mil reais e da mensalidade que varia entre 225 e 375 reais, há uma taxa de admissão equivalente a 150 mil reais.

Em relação às academias, segundo coleta de dados realizada em junho de 2004 junto à Federação Brasileira de Academias (FEBRACAD), havia na cidade, àquela época, 2.300 academias, concentradas prioritariamente nas regiões sul e oeste, onde se localizavam 725 e 575 unidades, respectivamente. Em 2008, contudo, não foi possível efetivar a atualização dos dados, uma vez que a entidade não estava mais autorizada a divulgar tais informações.

Buscou-se, então, o contato com o Conselho Regional de Educação Física de São Paulo (CREF/SP), responsável pelo registro das entidades prestadoras de serviços de educação física e esporte, dentre as quais se encontram as academias de ginástica e musculação. Mais uma vez, o acesso às informações sobre a localização de tais equipamentos foi negado, sendo o único dado disponibilizado o total de unidades devidamente regularizadas do município, equivalente a 1.360 academias.

Face à impossibilidade de obtenção de dados oficiais a respeito do número e localização das academias esportivas paulistanas, foram coletadas informações junto ao Guia Listão OESP 2007. As cerca de 700 academias constantes do guia àquela época foram mapeadas e, ainda que não tenham sido levantadas todas as unidades existentes no município, foi possível verificar a tendência de concentração desses equipamentos nas áreas onde a população possui melhores condições de renda, seguindo a mesma lógica da distribuição dos clubes particulares. Os mapas a seguir ilustram tal situação.

Academias particulares segundo regiões

Fonte: Guia Listão OESP, 2007. Foram mapeadas 701 academias

Equipamentos esportivos segundo natureza da entidade mantenedora
 Fonte: SEME, SELT, SME, Sindiclube, 2008. Guia Listão OESP, 2007.

Destacam-se também as unidades do SESC e do Sesi, acessíveis à grande parte da população por possuírem taxas reduzidas. Mantidas pela contribuição das empresas ligadas ao comércio e a indústria, tais entidades oferecem em suas instalações atividades esportivas, recreativas e culturais.

Com 13 unidades equipadas para práticas esportivas ao final de 2008, o SESC atende mais de 60 mil pessoas por dia, sendo que significativa parte desse total refere-se à população usuária do SESC Interlagos e do SESC Itaquera. Tais equipamentos possuem as maiores áreas quando comparadas às demais sedes da entidade, contando com generosos espaços livres.

O SESC Interlagos localiza-se na zona sul da cidade, em um terreno de 500 mil m², dos quais aproximadamente 50 mil m² são de área construída. Com uma capacidade de atendimento equivalente a 15 mil pessoas por dia, suas instalações ao ar livre contam com conjunto aquático composto por 3 piscinas e solário, 8 quadras poliesportivas, 1 campo de futebol oficial, 2 minicampos de futebol, 2 quadras de tênis e 4 playgrounds. O SESC Itaquera, por sua vez, possui parque aquático com 1 piscina de 5 mil m², 6 quadras poliesportivas, 3 quadras de tênis, 3 minicampos de futebol e 1 parque lúdico, em seu terreno de 350 mil m².

Em relação às unidades do Sesi, os chamados Centros de Atividades (CATs) possuem piscinas, quadras poliesportivas, quadras de tênis, campos de futebol, salão de jogos, playground, espaços de convivência e salas de usos diversos. Em 2008, havia 5 unidades na cidade, localizadas nas subprefeituras da Mooca, Penha, Lapa e Ipiranga (essa última região possuía 2 CATs).

4.1.2 A verticalização e os condomínios-clubes

O conceito do condomínio-clubes, apresentado no Capítulo 2.2, e originado na década de 1970, encontra-se plenamente assimilado pelo mercado imobiliário e pela população paulistana das classes alta e média-alta, ao final da primeira década do século XXI. Entre janeiro de 1995 e dezembro de 2000, foram lançados 10 condomínios

⁴⁵ Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo, caderno Cidades, C1, de 15/10/2006.

residenciais em terrenos com área total superior a 10 mil m²; entre janeiro de 2001 a agosto de 2006, esse número aumentou para 23 novos empreendimentos.⁴⁵

Dezenas de itens de lazer são disponibilizados aos moradores, como quadras poliesportivas, piscinas, pista de cooper, playgrounds, pista de skate, sala de musculação e ginástica, espaço gourmet, sala de cinema, spa, salão de festas jardins, entre outros. Dessa forma, a parcela da população residente em tais condomínios tem parte de suas necessidades lúdico-esportivas atendidas internamente à sua residência, minimizando a demanda por espaços livres públicos no entorno desses edifícios.

Ainda que possuam áreas livres consideravelmente menores que os condomínios-clube, os edifícios residenciais tradicionais, concentrados especialmente nas zonas sul 1, centro e oeste (ver mapa a seguir), também são dotados, na maioria dos casos, de equipamentos esportivos, sobretudo playgrounds, quadra poliesportiva e piscinas.

Áreas de lazer do Villa Amalfi Resort Residencial, na Vila Andrade, zona oeste da cidade. Implantado em um terreno de 70 mil m², possui 12 mil m² de bosques e um clube com 4.600 m², equipado com quadra poliesportiva, de tênis e de squash, academia de ginástica, pista de bicicross e de skate (foto à esquerda) e 2 piscinas (foto à direita).
Fonte: www.villaamalfiresort.com.br, 2008.

Região	Número de Lançamentos Residenciais Verticais entre 1992 a 2007
Centro	258
Sul 1	1121
Sul 2	630
Norte 1	295
Norte 2	194
Oeste	1248
Leste 1	659
Leste 2	129
TOTAL	4534

Fonte: PMSP/ Sempla/ Embraesp, 2008.

Áreas verticalizadas da cidade de São Paulo
 Fonte: Quapá - FAU USP, 2008.

4.2 A diversidade e hierarquia dos equipamentos

O sistema de espaços livres esportivos da cidade de São Paulo é diversificado, contando com equipamentos voltados às diferentes esferas do esporte, e contemplando várias práticas esportivas. É também hierarquizado, apresentando unidades de pequeno, médio e grande porte, de acordo com a capacidade de atendimento.

Assim, são equipamentos de pequeno porte os Clubes da Comunidade, equipamentos em sistema de rodízio, Ruas de Lazer, praças, academias particulares e equipamentos condominiais. Caracterizam-se por atender a população na escala do bairro e do distrito e são os que estão presentes em maior número pelo território.

Os equipamentos de médio porte são representados pelos Clubes da Cidade, CEUs, parques, clubes particulares e unidades do Sesc e Sesi, possuindo raio de atuação que engloba as subprefeituras. Na escala do atendimento às zonas da cidade estão os equipamentos de grande porte, em número reduzido no município; apenas as unidades estaduais e as municipais especiais estão nessa categoria.

Ressalta-se que a hierarquização proposta pode apresentar algumas situações excepcionais, onde uma unidade específica apresenta características diferentes do padrão observado em relação à tipologia a que pertence. Como exemplo, podemos citar os Parques Ibirapuera e do Carmo, que podem ser considerados como equipamentos de grande porte.

Organograma com a hierarquia dos equipamentos

Quadro resumo – Equipamentos esportivos municipais, segundo região

Região	Equipamentos Esportivos Públicos							Espaços Livres Equipados		
	CDC	EESR	CC	CEU	Especiais	Estaduais	TOTAL	RL	Parques	Praças
Centro	3	2	2	0	3	0	10	5	3	178
Sul 1	16	4	5	2	2	1	32	33	5	388
Sul 2	42	61	4	14	1	0	121	178	11	752
Norte 1	10	5	5	1	1	1	22	33	6	283
Norte 2	32	9	5	6	0	0	52	115	8	504
Oeste	20	12	4	1	0	2	40	23	11	1021
Leste 1	41	32	7	4	1	0	86	95	8	877
Leste 2	41	73	8	13	0	0	135	281	9	574
TOTAL	205	198	40	41	8	4	498	763	61	4577

4.3 A distribuição dos equipamentos pelo território

Apesar da quantidade total de equipamentos ser significativa, sua distribuição pelo município se faz de modo desigual, verificando-se a concentração de certas tipologias em determinadas zonas da cidade, de acordo com os mapas apresentados a seguir.

No primeiro mapa, as cores mais escuras representam as áreas onde a maior parte da população local tem renda domiciliar inferior à 3 salários mínimos. Em cima dessa base, estão marcados os equipamentos esportivos públicos, percebendo-se uma clara concentração de tais unidades junto às áreas mais pobres da cidade. Já o segundo mapa mostra a situação inversa, onde as cores mais intensas da base referem-se às áreas onde a renda familiar é superior à 20 salários mínimos e os pontos marcados representam as unidades esportivas particulares.

Nos demais mapas, é possível perceber um modelo concêntrico de distribuição dos equipamentos pela cidade de acordo com o porte dos mesmos. Dessa forma, os grandes equipamentos, como parques e centros esportivos estaduais, situam-se próximos ao centro da cidade e à distritos economicamente mais favorecidos; os equipamentos de menor porte, tais como as Ruas de Lazer e Clubes da Comunidade, concentram-se na periferia, onde a população possui menor poder aquisitivo; e as unidades de médio porte estão na zona intermediária entre as 2 anteriores.

Distribuição dos equipamentos públicos esportivos segundo distritos e renda da população.

Fonte: Mapa base - renda: PMSP/ SEMPLA, 2000. Equipamentos esportivos: SEME, SELT, SME, 2008.

Elaboração da autora.

Distribuição dos equipamentos particulares esportivos segundo distritos e renda da população.

Fonte: Mapa base - renda: PMSP/ SEMPLA, 2000. Equipamentos esportivos: Guia Listão OESP, 2007; Sindiclube, 2008.

Elaboração da autora.

4.4 As particularidades de cada região

Entender as particularidades de cada região da cidade se fez essencial para a correta compreensão do funcionamento do sistema de espaços livres voltados para o lazer esportivo da população.

Dessa forma, analisando-se cada uma das 8 grandes regiões do município - Centro, Sul 1, Sul 2, Norte 1, Norte 2, Oeste, Leste 1 e Leste 2 - pode-se perceber as dinâmicas internas de cada zona, condicionadas a fatores como a renda domiciliar, o grau de mobilidade dos habitantes, a densidade populacional, e a verticalização da área. Foi possível, ainda, verificar semelhanças entre diferentes regiões no que se refere à participação das mesmas dentro do sistema de espaços livres lúdico-esportivos paulistanos.

A seguir, são apresentados os mapas e análises de cada região.

Região Centro

A região central da cidade é composta por apenas 1 subprefeitura, formada por 8 distritos. Com predominância de população de renda alta, possui um grande número de equipamentos particulares, tanto academias quanto clubes (incluindo o SPAC, clube mais antigo de São Paulo).

Conta ainda com equipamentos públicos, sobretudo de grande porte. Destes, destacam-se as unidades espaciais municipais Estádio Pacaembu, Estádio de Beisebol Mie Nishie e Estádio Jack Marin.

A região possui uma alta verticalização; porém, como a mesma é antiga, anterior aos condomínios-clubes, os equipamentos esportivos usualmente não se fazem presentes nos edifícios. Contudo, como a população possui renda elevada, o grau de mobilidade dos habitantes também é alto, e os moradores podem se deslocar para outras regiões para a realização de suas atividades de lazer.

Região Sul 1

Caracterizada pela concentração de população de alta renda, com alta mobilidade. Verifica-se intensa verticalização, com um grande número de condomínios-clubes. Ainda, nota-se a existência de grande número de equipamentos particulares, como academias e clubes.

Além de bem-servida por equipamentos particulares, na região se localizam importantes unidades públicas de grande porte, como o Parque Ibirapuera, o Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães, o COTP, e o Parque das Bicicletas.

Os equipamentos públicos de médio e pequeno porte situam-se próximos aos limites com outros municípios, mais afastados em relação à Zona Central, como em Sacomã, onde a população é de renda média e baixa, e no sul de Jabaquara.

Região Sul 2

O predomínio nessa região é da população de baixa renda, à exceção de Santo Amaro, Campo Belo, e parte de Campo Grande e Socorro, áreas em que predominam equipamentos particulares, diferentemente do restante da área.

Nota-se, ao sul, grande número de equipamentos públicos, sobretudo de pequeno porte. Os CEUs são as unidades de médio porte mais presentes na região, distribuídos pela periferia.

O destaque é a presença da Represa Guarapiranga, cujas margens são ocupadas por um grande número de clubes particulares, e futuramente, por parques públicos. O único equipamento de grande porte é o Autódromo de Interlagos.

A região é pouco verticalizada e a população possui baixa mobilidade. Nas áreas com maior densidade populacional, à noroeste e à nordeste da região, nota-se a concentração de Ruas de Lazer.

Região Norte 1

Com a presença do Parque da Cantareira, a região possui população de renda diversificada. Santana, Mandaqui e Tucuruvi caracterizam-se pela renda elevada dos habitantes, alta verticalização, e elevado número de academias e clubes particulares.

Por outro lado, à leste, junto à divisa municipal, onde a população predominante é de classe média e baixa, verifica-se grande número de ruas de lazer e equipamentos de pequeno porte, bem como unidades de médio porte, sobretudo os CEUs.

Entre essas 2 áreas, nota-se a presença de equipamentos públicos de médio porte e academias particulares.

Destaca-se a existência na região de 2 equipamentos de grande porte: o CEDE e o Parque da Juventude.

Região Norte 2

A região concentra população de baixa renda, especialmente nos distritos de Cachoeirinha e Brasilândia, onde há um elevado número de Ruas de Lazer e CEUs.

Há também áreas onde residem população de média renda, sobretudo próximas ao rio Tietê, e alta renda, na pequena área ao sul da Casa Verde (limite com Santana e Barra Funda). Nessas áreas encontram-se equipamentos particulares, tanto academias como clubes. Nota-se ainda a existência de parques municipais nesses distritos.

Os equipamentos públicos de médio porte, representados pelos

CEUs, localizam-se principalmente próximos às rodovias e ferrovias. As demais unidades de médio porte encontram-se dispersas pela região.

Região Oeste

Na região predomina a população de renda alta e de alto grau de mobilidade, à exceção do extremo sudeste e do distrito de Jaguaré, onde a renda domiciliar é baixa.

Há inúmeros equipamentos particulares (academias e clubes), intensa verticalização e existência de bairros-jardins. Ressalta-se que existem distritos sem nenhum equipamento público de lazer, além dos parques.

A região conta, ainda, com equipamentos públicos de grande porte, como o Conjunto Desportivo Baby Barioni e a Vila Olímpica Mário Covas. A USP também se destaca como local de grande capacidade de atendimento da população em relação às necessidades lúdico-esportivas.

Todavia, nos distritos de baixa renda, a predominância é de equipamentos públicos de pequeno e médio porte.

Região Leste 1

Com o predomínio da população de média renda, bem como de baixa renda na divisa com Leste 2, a região possui academias dispersas por toda a área e clubes particulares próximos à Zona Centro. O Parque Esportivo do Trabalhador é o único equipamento público de grande porte.

Nota-se o elevado número de equipamentos de pequeno porte, sobretudo nas áreas de menor renda; no restante da região, a concentração é de equipamentos públicos de médio porte.

Região Leste 2

A população de baixa renda é predominante na região, que tem o Parque do Carmo como único equipamento público de lazer.

Nota-se o elevado número de equipamentos esportivos de pequeno porte, sobretudo as Ruas de Lazer no extremo nordeste da área.

Região Centro

Legenda

Equipamentos públicos de pequeno porte

- + Ruas de Lazer
- Clubes da Comunidade
- Equipamentos em sistema de rodízio

Equipamentos públicos de médio porte

- ▲ Clubes da Cidade
- ▲ Centros Educacionais Unificados
- ▲ Praças (Centros de Bairro)

Equipamentos públicos de grande porte

- Unidades estaduais / unidades municipais especiais

Equipamentos particulares de pequeno porte

- Academias

Equipamentos particulares de médio porte

- ▲ Clubes / unidades SESC e Sesi

Parques municipais

Parques estaduais

Vias principais

Linha ferroviária

Linha metroviária

Rios / represas

Domicílios com renda domiciliar de até 3 salários mínimos (em %)

- Até 10,00
- De 10,01 a 20,00
- De 20,01 a 30,00
- De 30,01 a 45,00
- 45,01 e mais

Fonte: PMSP/SEMPA, 2000.

Região Sul 1

Legenda

Equipamentos públicos de pequeno porte

- + Ruas de Lazer
- Clubes da Comunidade
- Equipamentos em sistema de rodízio

Equipamentos públicos de médio porte

- ▲ Clubes da Cidade
- △ Centros Educacionais Unificados
- ▲ Praças (Centros de Bairro)

Equipamentos públicos de grande porte

- Unidades estaduais / unidades municipais especiais

Equipamentos particulares de pequeno porte

- Academias

Equipamentos particulares de médio porte

- ▲ Clubes / unidades SESC e Sesi

Parques municipais

Parques estaduais

Vias principais

Linha ferroviária

Linha metroviária

Rios / represas

Domicílios com renda domiciliar de até 3 salários mínimos (em %)

- Até 10,00
- De 10,01 a 20,00
- De 20,01 a 30,00
- De 30,01 a 45,00
- 45,01 e mais

Fonte: PMSP/SEMPA, 2000.

Região Sul 2

Região Norte 1

0 1 5 km

Legenda

Equipamentos públicos de pequeno porte

- ✦ Ruas de Lazer
- Clubes da Comunidade
- Equipamentos em sistema de rodízio

Equipamentos públicos de médio porte

- ▲ Clubes da Cidade
- △ Centros Educacionais Unificados
- ▲ Praças (Centros de Bairro)

Equipamentos públicos de grande porte

- Unidades estaduais / unidades municipais especiais

Equipamentos particulares de pequeno porte

- Academias

Equipamentos particulares de médio porte

- ▲ Clubes / unidades SESC e Sesi

Parques municipais

Parques estaduais

Vias principais

Linha ferroviária

Linha metroviária

Rios / represas

Domicílios com renda domiciliar de até 3 salários mínimos (em %)

- Até 10,00
- De 10,01 a 20,00
- De 20,01 a 30,00
- De 30,01 a 45,00
- 45,01 e mais

Fonte: PMSP/SEMPA, 2000.

Região Norte 2

0 1 5 10km

Legenda

Equipamentos públicos de pequeno porte

- + Ruas de Lazer
- Clubes da Comunidade
- Equipamentos em sistema de rodízio

Equipamentos públicos de médio porte

- ▲ Clubes da Cidade
- △ Centros Educacionais Unificados
- ▲ Praças (Centros de Bairro)

Equipamentos públicos de grande porte

- Unidades estaduais / unidades municipais especiais

Equipamentos particulares de pequeno porte

- Academias

Equipamentos particulares de médio porte

- ▲ Clubes / unidades SESC e Sesi

Parques municipais

Parques estaduais

Vias principais

Linha ferroviária

Linha metroviária

Rios / represas

Domicílios com renda domiciliar de até 3 salários mínimos (em %)

- Até 10,00
- De 10,01 a 20,00
- De 20,01 a 30,00
- De 30,01 a 45,00
- 45,01 e mais

Fonte: PMSP/SEMPA, 2000.

Região Oeste

Legenda

Equipamentos públicos de pequeno porte

- + Ruas de Lazer
- Clubes da Comunidade
- Equipamentos em sistema de rodízio

Equipamentos públicos de médio porte

- ▲ Clubes da Cidade
- ▲ Centros Educacionais Unificados
- ▲ Praças (Centros de Bairro)

Equipamentos públicos de grande porte

- Unidades estaduais / unidades municipais especiais

Equipamentos particulares de pequeno porte

- Academias

Equipamentos particulares de médio porte

- ▲ Clubes / unidades SESC e Sesi

- Parques municipais

- Parques estaduais

- Vias principais

- Linha ferroviária

- Linha metroviária

- Rios / represas

Domicílios com renda domiciliar de até 3 salários mínimos (em %)

- Até 10,00
- De 10,01 a 20,00
- De 20,01 a 30,00
- De 30,01 a 45,00
- 45,01 e mais

Fonte: PMSP/SEMPA, 2000.

Região Leste 1

0 1 5 10km

Legenda

Equipamentos públicos de pequeno porte

- + Ruas de Lazer
- Clubes da Comunidade
- Equipamentos em sistema de rodízio

Equipamentos públicos de médio porte

- ▲ Clubes da Cidade
- ▲ Centros Educacionais Unificados
- ▲ Praças (Centros de Bairro)

Equipamentos públicos de grande porte

- Unidades estaduais / unidades municipais especiais

Equipamentos particulares de pequeno porte

- Academias

Equipamentos particulares de médio porte

- ▲ Clubes / unidades SESC e SESI

Parques municipais

Parques estaduais

Vias principais

Linha ferroviária

Linha metroviária

Rios / represas

Domicílios com renda domiciliar de até 3 salários mínimos (em %)

- Até 10,00
- De 10,01 a 20,00
- De 20,01 a 30,00
- De 30,01 a 45,00
- 45,01 e mais

Fonte: PMSP/SEMPA, 2000.

Região Leste 2

Legenda

Equipamentos públicos de pequeno porte

- + Ruas de Lazer
- Clubes da Comunidade
- Equipamentos em sistema de rodízio

Equipamentos públicos de médio porte

- ▲ Clubes da Cidade
- ▲ Centros Educacionais Unificados
- ▲ Praças (Centros de Bairro)

Equipamentos públicos de grande porte

- Unidades estaduais / unidades municipais especiais

Equipamentos particulares de pequeno porte

- Academias

Equipamentos particulares de médio porte

- ▲ Clubes / unidades SESC e SESI

Parques

- Parques municipais
- Parques estaduais

Vias

- Vias principais
- Linha ferroviária
- Linha metroviária
- Rios / represas

Domicílios com renda domiciliar de até 3 salários mínimos (em %)

- Até 10,00
- De 10,01 a 20,00
- De 20,01 a 30,00
- De 30,01 a 45,00
- 45,01 e mais

Fonte: PMSP/SEMPA, 2000.

Mapa síntese

Alta densidade populacional, baixa renda, grande número de Ruas de Lazer e equipamentos de pequeno porte, presença de CEUs.

Alta renda, alta verticalização, grande número de equipamentos particulares, presença de equipamentos públicos de grande porte.

Represa, clubes particulares, iniciativa pública de implantação de parques a partir de 2008.

Média/baixa renda, grande número de equipamentos de pequeno porte, principalmente CDCs e EERSS, presença de CEUs.

Alta/média renda, grande número de equipamentos particulares, equipamentos públicos de pequeno e médio porte.

0 5 10 20 km

N

5. Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo entender o porte e o funcionamento do sistema de espaços livres urbanos destinados à recreação esportiva na cidade de São Paulo.

Como procedimentos metodológicos, foram realizados (i) pesquisa bibliográfica sobre a importância dos espaços livres como locais de lazer esportivo da população, e (ii) coleta e análise de dados referentes aos principais equipamentos edificados e espaços livres voltados para o lazer esportivo existentes na cidade de São Paulo, que permitiram a elaboração das tabelas e dos mapas exibidos no Capítulo 4 do presente trabalho. Realizou-se, assim, o mapeamento dos equipamentos e espaços livres destinados ao esporte em cada uma das subregiões do município.

Como resultado, observou-se que a cidade de São Paulo evoluiu de uma sociedade sedentária e alheia aos esportes durante o período colonial, para uma sociedade ativa e entusiasta do esporte como direito fundamental do indivíduo em 2009. Verificou-se também que tal transformação sobre a visão da importância do esporte em São Paulo foi acompanhada do aumento da quantidade de equipamentos esportivos na cidade: outrora praticamente inexistentes, os espaços livres públicos adequados ao lazer esportivo eram diversos em 2008.

Todavia, constatou-se que a quantidade de espaços livres e de equipamentos esportivos ainda é insuficiente para atender as necessidades de lazer dos cerca de 11 milhões de habitantes da cidade de São Paulo. Mais ainda, verificou-se que a distribuição de tais espaços e equipamentos pelo município mostra-se inadequada.

Enquanto os equipamentos de menor porte, tais como as Ruas de Lazer e Clubes da Comunidade, estão concentrados em áreas onde a população possui menor poder aquisitivo, os grandes equipamentos, como parques e centros esportivos estaduais, situam-se próximos ao centro da cidade e a distritos economicamente mais favorecidos. Portanto, o sistema vigente de espaços públicos livres voltados ao esporte, embora hierarquizado e diversificado, é considerado inadequado para a cidade de São Paulo, devido à má distribuição de seus elementos. Assim, grande parte da rede é inacessível à maioria da população, em virtude de sua distribuição irregular pelo município.

O modelo vigente é caracterizado pela concentração dos equipamentos esportivos de grande porte na região central da cidade; as demais regiões contam com unidades de menor porte, que, mesmo em número elevado, são insuficientes para atender a população no que se refere às atividades de lazer. Tal distribuição não é apropriada para uma cidade como São Paulo, a qual deveria possuir ao menos um equipamento público de grande porte em cada uma das 8 regiões. Além disso, esses equipamentos públicos de grande porte deveriam estar ligados às unidades de médio e pequeno porte, constituindo núcleos regionais de lazer, os quais somados, formariam, de fato, um sistema de espaços livres públicos voltados ao lazer.

O grande número de Ruas de Lazer implantadas demonstra a demanda constante e crescente por espaços ao lazer por parte dos habitantes da periferia da cidade. Entretanto, apesar de louvável, o programa é apenas paliativo, visto que deveriam ser implantadas unidades de maior porte na periferia, com maior capacidade de atendimento nessas regiões. Ainda que recentemente tenha ocorrido um incremento nos investimentos públicos em equipamentos esportivos e de lazer, nota-se a ausência de planejamento na instalação de tais unidades, em semelhança às práticas do passado.

Dessa maneira, entende-se que o sistema de espaços livres ideal para São Paulo deve constituir-se de instalações com porte e funções diversificadas, distribuídas equitativamente pelo território. Devem ser observados na implantação de tais espaços livres os aspectos relativos à manutenção, à acessibilidade e à interação com outros sistemas. O sistema de espaços livres ideal deve dotar as várias regiões da cidade com os diversos tipos de equipamentos, tornando acessíveis as oportunidades de lazer esportivo a toda a população de São Paulo.

Por fim, ressalta-se a importância dos equipamentos particulares para o lazer da população. É impossível para o Governo atender sozinho a todas as necessidades lúdico-esportivas de uma grande cidade, como São Paulo. Nesse sentido, faz-se necessária a contribuição da iniciativa privada para complementar os esforços públicos referentes ao lazer, ainda que os equipamentos particulares beneficiem especialmente a população de alta renda.

6. Referências bibliográficas

ANTAS JUNIOR, Ricardo Mendes. Espaços públicos de lazer: globalização do tempo livre na cidade de São Paulo. 1995. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH USP, São Paulo, 1995.

ARAGÃO, Solange Moura Lima de. Espaços livres urbanos: a produção da caracterização das áreas de uso comum dos conjuntos de edifícios de apartamentos paulistanos (1990-2004). 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 2005.

BARTALINI, Vladimir. Áreas verdes e espaços livres urbanos. Paisagem e Ambiente: ensaios, São Paulo, n. 1 e 2, p. 49-54. 1986.

BARTALINI, Vladimir. Os espaços públicos nos planos para São Paulo. IN: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4, Rio de Janeiro, 1996. Anais do IV Seminário de história da cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1996. p.1106-1117.

BARTALINI, Vladimir. Os parques públicos municipais de São Paulo. Paisagem e Ambiente: ensaios, São Paulo, n. 9, p. 125-148. dez.1996.

BARTALINI, Vladimir. Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1999.

BORGES FILHO, Francisco. Espaços urbanos para o lazer. 1975. Trabalho de conclusão de curso (Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1975.

BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2 edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

CAMPOS, Cândido Malta. Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

CARDOSO, Adauto Lúcio. O urbanismo moderno e a questão da natureza. 1997. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1997.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988.

DA COSTA, Lamartine (org). Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

DEGREAS, Helena Napoleon. Paisagem paulistana: sincretismo e

fragmentação. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1999.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini, 1990.

DOURADO, Guilherme Mazza (org). Visões de paisagem: um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil. São Paulo: ABAP, 1997.

DUARTE, Orlando. História dos esportes. São Paulo: Makron Books, 2000.

DUMAZEDIER, Joffre. Sociologia empírica do lazer. 2 edição. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ECKBO, Garret. Urban landscape design. New York: McGraw Hill, 1964.

ESTEVES, José. O desporto e as estruturas sociais. 3 edição. Lisboa: Prelo, 1975.

FELDMAN, Sarah. Planejamento e zoneamento: São Paulo 1947-1972. São Paulo: Edusp, 2005.

FRANÇA, Elisabete. A cidade de São Paulo e o desenho de seus espaços em planos e projetos. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1998.

GIAQUINTO, Paulo Ricardo. Legislação, modelos e formas urbanas: São Paulo 72/92. 3 volumes. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1995.

GROSTEIN, Marta Dora. A cidade clandestina: os ritos e os mitos. 1987. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1987.

HELAL, Ronaldo. O que é sociologia do esporte. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HIRAI, Maki. Plano de ação esportivo municipal de São Paulo. 2004. Trabalho de conclusão de curso (Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 2004.

HUIZINGA, John. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. 4 edição. São Paulo: Perspectiva, 1993.

JELICOE, Geoffrey Alan. Landscape of man: shaping the environment from prehistory to the present day. London: Thames and Hudson Ltda, 1991.

KLIASS, Rosa Grena. Parques urbanos de São Paulo. São Paulo: Pini, 1993.

KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda. Áreas verdes de recreação: Município de São Paulo. São Paulo: [s.n., 1970].

LA CORTE, Carlos de. As instalações públicas esportivas municipais da cidade de São Paulo: arquitetura, administração e planejamento. 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1999.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. A cidade e as áreas verdes. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município, 1979.

MACEDO, Silvio Soares. Paisagem, lotes e tecidos urbanos. Paisagem e Ambiente: ensaios, São Paulo, n. 10, p. 9-50, dez. 1997.

MACEDO, Silvio Soares. Espaços livres. Paisagem e Ambiente: ensaios, São Paulo, n. 7, p. 15-56, jun. 1995.

MACEDO, Silvio Soares. Os espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana. IN: SEMINÁRIO SOBRE DESENVOLVIMENTO URBANO NO BRASIL, 2, Brasília, 1986. Anais do II SEDUR. São Paulo: Pini; Brasília: Cnpq; Rio de Janeiro: Finep, 1986. p. 103-110.

MACEDO, Silvio Soares. Quadro do Paisagismo no Brasil. São Paulo: FAUUSP; Banco Itaú, 1999.

MACEDO, Silvio Soares; ROBBA, Fábio. Praças Brasileiras. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. Parques Urbanos no Brasil. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MAGNANE, Georges. Sociologia do esporte. São Paulo: Perspectiva, 1969.

MAGNOLI, Miranda. Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. 1982. Tese (Livre Docência) – FAU USP, São Paulo, 1982.

MARCUS, Clare Cooper. People places: design guidelines for urban open space. New York: Van Nostrand Reinhold, 1990.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. O lazer no planejamento urbano. 2 edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MENNEH, Márcia Halluli. O sistema de espaços livres públicos da cidade de São Paulo. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 2002.

MEYER, Regina Maria Prosperi. São Paulo metrópole. São Paulo: EDUSP / IMESP, 2004.

MINAMI, Issao. Equipamento de lazer na metrópole de São Paulo. 1975. Trabalho de conclusão de curso (Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1975.

NISHIKAWA, Ayako. Espaços livres junto às habitações em São Paulo. 1984. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1984.

PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS – Especial Miranda Magnoli. São Paulo: FAU, n. 21, 2006.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. A megalópole e a praça. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura) - FAU USP, São Paulo, 2001.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart. São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos. São Paulo: Hucitec, 1994.

REIS FILHO, Nestor Goulart. São Paulo, vila cidade, metrópole. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo: BankBoston, 2004.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP: Studio Nobel, 1997.

SAKATA, Francine Gramacho. Os projetos de paisagismo e os espaços livres dos edifícios de apartamentos. Paisagem e Ambiente: ensaios, São Paulo, n. 9, p. 7-46, dez. 1996.

SALDANHA, Nelson. O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica. São Paulo: EDUSP, 1993.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. Paisagem. Paisagem e Ambiente: ensaios, São Paulo, n. 20, p. 47-60. 2006.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Quando a rua vira casa. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Atlas ambiental do Município de São Paulo - o verde, o território, o ser humano: diagnóstico e bases para a definição de políticas públicas para áreas verdes no Município de São Paulo. São Paulo: SVMA, 2004.

SÃO PAULO. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: minuta do projeto de lei. Março 2002.

SCHERMANN, Adolfo. Evolução dos desportos através dos tempos. 3 edição. Rio de Janeiro: Pongetti, 1958.

SCHIFFER, Sueli Ramos. As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista: 1955-1980. 1986. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1986.

SEGAWA, Hugo. Ao amor do público: jardins no Brasil. São Paulo: FAPESP: Studio Nobel, 1996.

SEGAWA, Hugo. Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SENNET, Richard. O declínio do homem público. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SHIVERS, Jay S. e HALPER, Joseph W. The crisis in urban recreational services. New Jersey: Associated University Presses Inc., 1981.

SOMEKH, Nadia. A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo, 1920-1939. São Paulo: Edusp: FAPESP, 1997.

SOMEKH, Nadia. (Des)Verticalização de São Paulo. 1987. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1987.

TARALLI, Cibele Haddad. Ambiente construído e legislação: o visível e o imprevisível. 1993. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU USP, São Paulo, 1993.

TUBINO, Manoel José Gomes. O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias. São Paulo: IBRASA, 1996.

TUBINO, Manoel José Gomes. Dimensões sociais do esporte. 2 edição. São Paulo: Cortez, 2001.

TURINO, Célio (org). Lazer nos programas sociais: Propostas de combate à violência e à exclusão. São Paulo: Anita, 2003.

VARGAS, Ângelo Luiz. Desporto: fenômeno social. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

WAKISAKA, Tânia. Zoneamento de uso e ocupação do solo e produção do espaço urbano em São Paulo. 1991. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - FAU USP, São Paulo, 1991.

YÁZIGI, Eduardo. O mundo das calçadas. São Paulo: Humanitas/FFLCH USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

YURGEL, Marlene. Problemas da arquitetura contemporânea - o lazer. 1972. Tese (Doutorado em Arquitetura) - FAU USP, São Paulo, 1972.

YURGEL, Marlene. Urbanismo e lazer. São Paulo: Nobel, 1983.